



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DANIELE SOUSA BATISTA

**INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE NA
INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
SANTARÉM/PA**

**SANTARÉM – PARÁ
2023**

DANIELE SOUSA BATISTA

**INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE NA
INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
SANTARÉM/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará, para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Me. Jhonata da Silva Pereira

**SANTARÉM – PARÁ
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo quarto dia do mês de julho de dois mil e vinte e três, às catorze horas, na Sala Virtual Link: <https://meet.google.com/vew-ytxd-dqs>, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **DANIELE SOUSA BATISTA** (matrícula: 201400630), intitulada: “*Influência da Educação Financeira e Sustentabilidade na Infância: um estudo de caso em uma escola pública de Santarém/Pa*”, sob orientação do Prof. Ms. Jhonata da Silva Pereira que compôs a banca examinadora com a Profa. Ms. Leila de Fátima de Oliveira Monte e o Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 10,00 (dez). Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Ms. Jhonata da Silva Pereira lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Prof. Ms. Jhonata da Silva Pereira – Orientador

Documento assinado digitalmente
JHONATA DA SILVA PEREIRA
Data: 14/07/2023 15:37:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Ms. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
LEILA DE FATIMA DE OLIVEIRA MONTE
Data: 14/07/2023 16:04:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES
Data: 14/07/2023 15:48:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Daniele Sousa Batista – Discente

Documento assinado digitalmente
DANIELE SOUSA BATISTA
Data: 14/07/2023 16:40:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

B333i Batista, Daniele Sousa

Influência da educação financeira e sustentabilidade na infância: um estudo de caso em uma escola pública em Santarém/PA./ Daniele Sousa Batista. – Santarém, 2022.

59 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Jhonata da Silva Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso de Ciências Econômicas, Bacharelado em Economia.

1. Educação financeira. 2. Sustentabilidade. 3. Consumo Sustentável. 4. Projeto Escolar. 5. Formação Cidadã. I. Pereira, Jhonata da Silva, orient. II. Título.

CDD: 23 ed. 372098115

Jesus Cristo que é o meu Deus a quem me renova a cada dia, a minha família, por todo apoio nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força nesta caminhada.

A minha família por todo incentivo e apoio.

Ao meu orientador, Prof. Jhonata por todo auxílio necessário para a elaboração do projeto.

A todos que participaram do projeto, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, obrigada.

RESUMO

Sustentabilidade e educação financeira são temas de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade mais equilibrada, justa e sustentável. Estes temas devem ser abordados em todos os níveis educacionais, desde a infância até a idade adulta e devem ser promovidos a partir de políticas públicas, parcerias entre governo, empresas e sociedade civil, visando o benefício de todos. Este trabalho é o resultado de um estudo de caso e tem por objetivo examinar a influência da educação financeira e sustentável no desenvolvimento da autonomia intelectual e habilidades de educandos do ensino fundamental diante de situações do cotidiano que exigem uma postura mais ativa sobre o assunto. Este trabalho deriva do Projeto “Educação Financeira para o Consumo Sustentável”, realizado com alunos de 5º ano da Escola Aderbal Tapajós Caetano Corrêa, localizada na cidade de Santarém-Pa. A pesquisa expõe conceitos, características, reflexões e normas jurídicas que embasam a investigação, apresentando o papel da escola como ambiente de aprendizagem de conhecimento e de postura no convívio social, influenciando diretamente na formação cidadã sustentável do aluno, tornando-se um ambiente favorável para promover a iniciação da educação financeira e sustentabilidade no cotidiano das crianças. O estudo apresenta ainda o projeto aplicado, seus objetivos e metodologia, e, por fim, a análise dos resultados, os quais se mostram positivos na formação das crianças como consumidores sustentáveis e transmissores de valores sólidos.

Palavras-chave: Educação Financeira. Sustentabilidade. Consumo Sustentável. Projeto Escolar. Formação Cidadã.

ABSTRACT

Sustainability and Financial education are extremely important topics for the development of a more balanced, fair and sustainable society. This work is the result of a case study and aims to examine the influence of financial and sustainable education on the development of intellectual autonomy and skills of elementary school students in everyday situations that require a more active attitude on the subject. This work derives from the Financial Education Project for Sustainable Consumption, carried out with 5th grade students from the Aderbal Tapajós Caetano Corrêa School, located in the city of Santarém-Pa. The research exposes concepts, characteristics, reflections and guidelines that support the investigation, presenting the role of the school as an environment for learning knowledge and posture in social life, directly influencing the student's citizenship formation, becoming a favorable environment to promote initiation of financial education and sustainability in children's daily lives. The study also presents the applied project, its objectives and methodology, and finally, the analysis of the results, which are positive in the formation of children as sustainable consumers and transmitters of solid values.

Keywords: Financial Education. Sustainability. Sustainable Consumption. School Project. Citizen Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Experiências em sala de aula (turma A)	30
Figura 2 - Experiência na horta escolar	30
Figura 3 - Aula prática, experiência com niminotas de dinheiro	31
Figura 4 - Experiência em sala de aula (turma B)	33
Gráfico 1 - Aspectos avaliativos relacionados a Sustentabilidade	42
Gráfico 2 - Aspectos avaliativos relacionados a Educação Financeira	43
Gráfico 3 - Sobre a relação entre educação financeira e sustentabilidade	43
Gráfico 4 - Sobre sustentabilidade	44
Gráfico 5 - Sobre educação financeira	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos respondentes: Gênero, faixa etária e número de moradores	35
Tabela 2 - Origem e responsabilidade financeira: atividade remunerada, mesada e destino do dinheiro	36
Tabela 3 - Já ouviu falar em educação financeira e sustentabilidade? Onde?..	37
Tabela 4 - Aspectos do consumo sustentável	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM	Comissão dos Valores Mobiliários
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Projeto Político Pedagógico
TCT	Tema Contemporâneo Transversal
PISA	Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE.....	13
2.1 Educação Financeira	13
2.1.1 Educação financeira na infância	14
2.1.2 Ações à cerca da Educação Financeira no Mundo	15
2.1.3 Educação Financeira no Brasil	16
2.1.3.1 Políticas Públicas Desenvolvidas no Brasil para Promover a Educação Financeira	17
2.1.3.1.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira.....	17
2.1.3.1.2 Base Nacional Comum Curricular.....	18
2.1.3.2 Cenário Brasileiro.....	19
2.1.3.3 Cenário Santareno.....	20
2.2 Sustentabilidade.....	20
2.2.1 Panorama histórico da Sustentabilidade no mundo	21
2.2.1.2 O Tripé da Sustentabilidade	24
2.2.2 O Contexto Brasileiro	24
2.2.4 Sustentabilidade na Infância	26
2.3 Relação entre Educação Financeira e Sustentabilidade	26
3.PROJETO “EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL” .	28
3.1 Atividades desenvolvidas	29
4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	35
4.1 Caracterização da pesquisa	35
4.1.1 Classificação da pesquisa	35
4.1.2 Abordagem da pesquisa.....	35
4.1.3 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	36
4.1.4 Sujeitos da pesquisa.....	37
4.1.5 Técnica de análise de dados	37
4.2 Análise pré-projeto	38
4.3 Análise pós-projeto	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	48
APÊNDICES	54
ANEXOS	58

1. INTRODUÇÃO

Educação financeira e sustentabilidade são assuntos bastante discutidos nos dias atuais, principalmente no âmbito internacional, por autoridades governamentais, representantes de diferentes nações, Organizações Não Governamentais (ONGs), iniciativa privada e pelo meio científico, os quais enfatizam em seus discursos as possibilidades de transformações em dimensões sociais, ambientais e econômicas.

A educação financeira alinhada à sustentabilidade tem o potencial de introduzir no indivíduo conhecimentos essenciais para promoção de uma vida em que os aspectos social, econômico e ambiental estejam em equilíbrio. A gestão dos recursos financeiros e o ato de consumir estão intensamente relacionados a esses aspectos, por isso é imprescindível fomentar uma educação financeira sustentável para direcionar ao consumo consciente (COUTO; MARACAJÁ; MACHADO, 2022, p. 524).

Embora o Brasil esteja presente nos principais debates sobre sustentabilidade e apresente estratégias para educar e alfabetizar financeiramente a sua população, o país ainda não apresentou mudanças significativas nos estilos de vida individuais. Ter responsabilidade financeira e sustentável exige esforço, interesse e dedicação da sociedade como um todo. Neste sentido, torna-se necessário que a população brasileira tome consciência e seja mais articulada sobre os temas de forma que abrace a educação financeira e a sustentabilidade, fazendo-as crescer e se materializar em suas vidas e de todos ao seu redor.

Neste contexto, destaca-se o papel da escola como estimuladora das práticas sustentáveis no cotidiano de seus educandos, especialmente na infância, formando bons cidadãos, potencializando suas habilidades e permitindo-lhes obter a capacidade de se tornar críticos, participativos e transformadores, além de pessoas conscientes e responsáveis por seus hábitos pessoais e suas práticas financeiras. Segundo Detoni e Lima (2011, p. 2), “o ambiente e as pessoas que fazem parte do convívio de uma criança são as principais formadoras do caráter dela”, por esta razão, além do ambiente familiar, a escola é o lugar em que as crianças passam grande parte de suas vidas, local que possibilita o convívio social e trocas de conhecimentos que, conseqüentemente, provoca um efeito multiplicador, contribuindo, portanto, para tornar a sociedade mais sustentável.

Projetos que transmitem conhecimentos sobre educação financeira sustentável para crianças, principalmente no âmbito escolar, é de grande importância para a formação de cidadãos conscientes. Partindo dessa ideia, foi criado o Projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável, com duração de quatro meses, realizado com alunos de 5º ano da Escola

Aderbal Tapajós Caetano Corrêa, localizada no Bairro Uruará, na cidade de Santarém-PA, que teve como objetivo promover a iniciação da educação financeira e sustentável no cotidiano do aluno, com a finalidade de causar mudanças nos hábitos de consumo, na tomada de decisão e na sua relação com dinheiro e com o meio.

Neste sentido, tem-se como pergunta norteadora desta pesquisa: Qual o impacto da educação financeira sustentável na formação cidadã das crianças do 5º ano da Escola Aderbal Tapajós Caetano Corrêa? Dessa forma, o objetivo geral deste estudo de caso foi analisar a influência da educação financeira e sustentável, por meio do Projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável, no desenvolvimento da autonomia intelectual e habilidades de educandos do ensino fundamental diante de situações do cotidiano que exigem uma postura mais ativa sobre o assunto. É esperado que por intermédio deste estímulo os alunos desenvolvam senso crítico sobre o assunto, construam valores sólidos, entendam o impacto de suas ações na sociedade, tornando-os cidadãos conscientes, tanto em suas práticas financeiras como em seus hábitos sustentáveis.

Para se atingir o objetivo geral, definiu-se três objetivos específicos, são eles: i) apresentar conceitos, características e diretrizes legais que abordam os temas educação financeira e sustentável e suas relevâncias no ambiente escolar para o educando e para a sociedade; ii) destacar a relevância da educação financeira no ambiente escolar, especialmente nas séries iniciais; iii) despontar a educação financeira e sustentável como ferramentas que podem ser utilizadas para nortear e integralizar os conteúdos extracurriculares no cotidiano do aluno contribuindo para sua formação cidadã sustentável. Nesta perspectiva, utilizou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, foram utilizados dois questionários preestabelecidos como instrumentos de coleta de dados. Para a análise dos dados coletados foram utilizadas técnicas da estatística descritiva, tabelas de frequência e gráficos.

Esta pesquisa buscou contribuir para a base de conhecimento, explorando a influência da educação financeira e sustentável na vida cotidiana do aluno, analisando o desenvolvimento de habilidades adquiridas a partir da participação no projeto. Examinando tanto o efeito direto da educação financeira e sustentável na sala de aula sobre os resultados apresentados nas atividades propostas, quanto nas suas ações dentro e fora do ambiente escolar.

O trabalho, além da introdução e da conclusão, está estruturado em três capítulos. O primeiro é uma revisão literária sobre os temas educação financeira e sustentabilidade. O segundo capítulo, apresenta o projeto, a metodologia, os assuntos abordados em sala de aula

com os alunos participantes do projeto. No terceiro capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa e a análise dos resultados.

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE

2.1 Educação Financeira

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) define Educação Financeira como:

"O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro" (OCDE. 2005, p. 5).

Dessa forma, a promoção da educação financeira oportuniza o desenvolvimento de capacidades e autoconfiança para o gerenciamento de recursos financeiros, formando pessoas mais conscientes e capacitadas para atuar de forma responsável na sociedade, ou seja, pessoas educadas financeiramente tendem a realizar o cumprimento de seus deveres perante a sociedade. Contudo, requer que seja promovidos e divulgados instrumentos que encorajem e facilitem a sua compreensão e acesso, de modo que as pessoas consigam realizar planejamento financeiro, poupança, gerenciamento do uso de crédito, capacidades de solucionar eventuais problemas de endividamento, comparar criteriosamente opções de serviços financeiros e seus fornecedores, e se precaver de golpes financeiros (BACEN, 2018, p. 8).

Para Messy e Manticone (2016) a educação financeira realiza uma interseção entre inclusão financeira e proteção ao consumidor. Porquanto, as medidas de expansão do crédito, que de um lado facilita a inclusão financeira, por outro, torna os consumidores sem conhecimentos financeiros mais vulneráveis, o que conseqüentemente compromete a qualidade de vida dessas pessoas. De modo geral, essa situação acaba refletindo na economia do país.

De maneira análoga, para Araújo e Souza (2012) a educação financeira concede proteção contra infortúnios. Na medida que as pessoas adquirem conhecimento sobre o assunto, elas criam habilidades que os tornam capazes de reconhecer ações desonestas. Além disso, as pessoas têm a possibilidade de maximizar suas rendas, efetuar da melhor forma suas operações de aplicação, captação de recursos e diminuir as possibilidades de prejuízos decorrentes de suas

transações. E por fim, força as instituições financeiras a ampliar suas políticas de respeito ao consumidor, coibindo, portanto, práticas abusivas realizadas por essas instituições.

Lusardi e Mitchell (2011) acrescentam ainda que o analfabetismo financeiro pode prejudicar a capacidade das pessoas de poupar e investir para a aposentadoria, impossibilitando seu bem-estar na velhice, essa realidade atinge principalmente pessoas com baixa renda, baixa escolaridade, minoria e mulheres, por esse motivo, as autoras defendem que a oferta de programas de educação financeira, sejam direcionados principalmente para esses subgrupos, de forma que o tema seja abordado conforme a necessidade da realidade local.

2.1.1 Educação financeira na infância

Franzoni e Quartier (2020) advertem que o processo da educação financeira deve ser desenvolvido na vida do indivíduo ao longo da sua vida, pressupondo a preparação destes para se tornarem “consumidores responsáveis, informados e exigentes, com a promoção permanente de seu desenvolvimento pessoal e profissional, ensejando o reforço da cidadania e desenvolvimento de valores, resultando em uma sociedade civil mais ativa e dinâmica”.

Para Pereira (2003 apud OLIVIERI, 2017) a forma como as pessoas lidam com o dinheiro se dá na infância, onde as emoções são levadas em consideração de forma inconsequente e na tentativa de criar relações sociais prazerosas. A autora afirma ainda que o processo de educação financeira deve ser inserido a partir dos dois ou três anos de idade, quando a criança começa a ter o desejo de adquirir as coisas, como brinquedos e doces.

Neste sentido, torna-se imprescindível a inclusão da educação financeira na formação inicial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade do indivíduo de realizar escolhas conscientes e saber das consequências destas tanto para o próprio sujeito, quanto para o coletivo (FRANZONI; QUARTIER, 2020, p. 18). Dessa forma, segundo Amadeu (2009, p. 29) “Os agentes envolvidos no processo de educação financeira são as escolas, as empresas, o governo, as instituições financeiras e as organizações da sociedade civil”.

Ballejo e Kroetz (2013 apud JUNIOR, 2017) também partem desse pressuposto de que a educação financeira deve ser iniciada desde os primeiros anos de vida na escola, mas de preferência no seio familiar. Ensinar as crianças sobre questões acerca de como se obter dinheiro e como economizá-lo, torna-se relevante para que estas compreendam o valor da moeda e o funcionamento do sistema financeiro.

2.1.2 Ações à cerca da Educação Financeira no Mundo

A relevância crescente da educação financeira no mundo foi motivada pelo desenvolvimento dos mercados financeiros e pelas mudanças demográficas, econômicas e políticas (OCDE, 2004, p. 223). Em decorrências de esforços dos países para melhoria de suas economias, bem como, o aumento da renda, avanços na medicina e cuidados alimentares, que possibilitaram a redução das taxas de fecundidade e mortalidade, e aumento da expectativa de vida, além do aumento da classe média. Essa mudança no perfil etário da população mundial, consequentemente, sobrecarrega as organizações governamentais, exigindo mais esforços dos indivíduos para se preparar para a velhice (JUNIOR, 2017, p. 20).

Na economia mundial, a expansão da classe média, implicou no aumento da procura por bens de consumo, provocada pela procura por produtos e serviços mais sofisticados e diversificados. No mercado de capitais acontece o mesmo fenômeno, mas os riscos e os retornos não são bem discernidos por seus consumidores. Dessa forma, entende-se que com o aumento da classe C, o mercado financeiro sofreu mudanças, principalmente em relação a oferta, diversificação e acesso aos instrumentos financeiros, por outro lado, a falta de transparência e conhecimentos financeiros implicava no comprometimento da renda das famílias (JUNIOR, 2017, p. 21).

Neste sentido, a educação financeira se torna um complemento indispensável na atuação responsável do mercado e sua regulação no que tange o comportamento financeiro das pessoas. Nesta perspectiva, a OCDE abre a discussão sobre a importância da educação financeira, ao realizar uma série de considerações sobre aspectos econômicos, sociais e culturais de seus países membros e parceiros, orientando-os por meio de suas diretrizes e os recomendando que se preocupem com a promoção desta proposta como política pública, de modo que o governo e as instituições públicas e privadas, sejam as responsáveis pela construção da capacidade financeira e devam considerar a relevância de se trabalhar os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira para o desenvolvimento humano, social e econômico (OCDE, 2005).

A OCDE é uma organização internacional instituída para elaborar políticas para diferentes áreas que impactam a economia mundial. Tem o objetivo de elaborar diretrizes que promovam oportunidades, igualdade, prosperidade e bem-estar para todos (OCDE, 2023).

2.1.3 Educação Financeira no Brasil

O panorama macroeconômico apresentado pelo Brasil, a partir da década de 1990, período de grandes mudanças econômicas e sociais, implantadas pelos governos Collor e FHC, entre elas estão a reforma tributária, abertura comercial e financeira da economia para os investidores internacionais, ampliação das privatizações e desregulação, controle inflacionário e a restrição do Estado na economia (JUNIOR, 2017, p. 27). Contudo as medidas neoliberais provocaram uma “aguda recessão e o agravamento de problemas sociais no país” (REYMÃO; OLIVEIRA, 2016, p. 168).

Nesse cenário, o Banco Central do Brasil (Bacen), começa a realizar estudos e avaliações, com intuito de ofertar serviços financeiros a populações de baixa renda, considerando promoção da inclusão financeira e a redução da desigualdade social no país (BCB, 2010). Contudo, o mercado de crédito ainda era restrito às operações de microcrédito, e só passou por mudanças em 2003, com a entrada do novo governo desenvolvimentista, o período em que o país obteve maior participação do Estado, ao promover medidas para reduzir a desigualdade na distribuição de renda, que possibilitou a estabilidade macroeconômica e apresentando uma conjuntura internacional favorável (REYMÃO; OLIVEIRA, 2017, p. 169).

Nesse período houve uma rápida expansão do crédito que incluía a população de baixa renda e microempreendedores urbanos e rurais. Contudo, não bastava facilitar o acesso ao crédito e dar maiores oportunidades de investimento, a população brasileira não estava preparada para realizar a administração e o planejamento desse recurso, principalmente dentro de uma economia que incentiva o consumo exacerbado. Esse fator, conseqüentemente, levaria ao comprometimento da renda das famílias, gerando, assim, altas taxas de endividamento, da mesma forma que ocorreu nos governos neoliberais (REYMÃO; OLIVEIRA, 2017, p. 170).

Nesse momento, identificou-se a importância da promoção de estratégias que direcionasse as famílias a efetivarem o uso de seus recursos em projetos de longo prazo, junto a expansão dos canais de acesso e principalmente a implementação de uma educação financeira, para que a população brasileira tivesse mais segurança para realizar suas transações financeiras, principalmente na tomada de empréstimos. As políticas adotadas pelo governo e instituições financeiras contribuíram de forma notória para a promoção de inclusão financeira no país, principalmente no que diz respeito ao acesso aos serviços financeiros.

2.1.3.1 Políticas Públicas Desenvolvidas no Brasil para Promover a Educação Financeira

É indubitável que o número de programas de educação financeira desenvolvidos no Brasil, dentro e fora das estratégias nacionais, têm aumentado de forma significativa. Contudo, mostrar todas essas iniciativas seria inviável e fugiria do objetivo deste estudo. Portanto, foram destacadas as duas principais estratégias desenvolvidas no país, são elas: a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a inserção da temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.1.3.1.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira

Para dar início, cita-se o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), que em 2007, constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de propor a ENEF. O resultado dos trabalhos foi apresentado em 2009 e aprovado em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.3977 estabeleceu formalmente a ENEF, criando também o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). A política tem como objetivo principal disponibilizar ferramentas que possibilitem a administração pessoal dos recursos financeiros de modo que pessoas organizem seus objetivos e metas de forma autônoma e responsável. (OCDE, 2013, p. 66).

A ENEF é integrada por órgãos e entidades públicas que têm o interesse de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. A partir desta, em 2011, criou-se o Programa Educação Financeira para as instituições de ensino básico do nível médio, coordenado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), a implantação do projeto piloto foi feita em seis escolas públicas de diferentes estados brasileiros e Distrito Federal, que de acordo com o Relatório Anual de 2012¹ da AEF-Brasil, os resultados foram positivamente significativos no nível de conhecimento e nas atitudes dos alunos participantes.

Em 2014, a ENEF introduz a educação financeira no processo de formação de crianças. Para o desenvolvimento das atividades foi elaborado um documento com orientações para educação financeira nas escolas e um conjunto de livros com abordagens pedagógicas que integram teoria e prática². A partir da ENEF também são desenvolvidas atividades de

¹Relatório Anual da AEF-Brasil. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2012_2011.pdf. 2012

²Orientações para Educação Financeira da ENEF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>. 2017.

monitoramento, como Mapa da Educação Financeira no Brasil, incentivo como Selo ENEF e a promoção da Semana Nacional de Educação Financeira. E desde então, realiza inúmeras iniciativas de educação financeira em diversas regiões do Brasil (BRASIL, 2014, p. 8).

2.1.3.1.2 Base Nacional Comum Curricular

Em 2014, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), iniciou os trabalhos para a elaboração da BNCC, formando uma comissão de especialistas para a elaboração de propostas. Apesar de estar na Constituição de 1988³, apenas em 2017, após a aprovação, o documento normativo foi homologado pelo MEC, dando início ao processo de formação e capacitação dos professores e suporte aos sistemas educacionais para a elaboração e adequação dos currículos escolares, definindo as aprendizagens essenciais que todo aluno tem direito de adquirir na educação básica, visando formação humana em suas múltiplas dimensões para uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Com a finalidade de causar uma transformação comportamental na vida financeira de crianças e adolescentes, em 2017, a educação financeira entrou na BNCC como um dos temas transversais propostos de modo a ser trabalhado dentro de uma abordagem interdisciplinar. Além da educação financeira, existem outros Temas Contemporâneos Transversais (TCT's) que compõem a base, os quais são divididos em seis macroáreas, são elas: Meio ambiente; Economia; Saúde; Cidadania e Civismo; Multiculturalismo; e Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2019).

Já em 2020, a educação financeira chega às escolas de ensino infantil e fundamental com novas diretrizes estabelecidas pelo MEC para a BNCC, que possibilitam aos alunos serem protagonistas na construção do conhecimento e na sociedade, além de terem maior acesso as tecnologias dentro da sala de aula. As mudanças, também, foram direcionadas para os professores em modificar suas formas de ensinar e avaliar seus alunos. As escolas, por sua vez, aderiram às mudanças, principalmente em relação a atualização de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's). A forma de como devem ser aplicados os TCT's cabe aos sistemas de ensino, as escolas devem incorporá-los em seus currículos e suas propostas pedagógicas de acordo com a realidade local e de forma autônoma (BRASIL, 2020, p. 18).

Estratégias para a promoção da educação financeira no Brasil, também são desenvolvidas por outras instituições, entre elas estão o Bacen, a Comissão dos Valores

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Mobiliários (CVM), bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), algumas universidades e outras instituições financeiras (AMADEU, 2009, p. 30).

2.1.3.2 Cenário Brasileiro

Apesar do contexto favorável à aplicação educação financeira nas instituições escolares, como apresentado nos parágrafos anteriores, na prática “a temática não se faz presente na maioria das escolas brasileiras de educação básica” (SCOLARI E GRANDO, 2016, P. 674). Segundo Bandeira (2013 apud JARDIM *et al.*, 2017) a educação financeira tem se revelado uma problemática, principalmente no engajamento dos profissionais de educação, pois para a sua oferta é exigido a qualificação desse profissional.

Para BRAVARESCO (2021) A qualificação é o que efetiva a educação e suas práticas pedagógicas, entretanto, demanda tempo e investimento, o que nem sempre é de condição ou interesse do educador. Além da qualificação, a valorização e políticas adequadas estão entre as problemáticas.

Além disso, o último levantamento do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), o qual avalia o letramento financeiro de estudantes de diversos países, na edição de 2018, o Brasil ficou na 17ª colocação entre os vinte países avaliados (OCDE, 2018).

Essa importância, também, é fundamentada quando se analisa os principais resultados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), apresentando em 2022, um aumento recorde de 78% das famílias brasileiras endividadas, dentre elas, 23% estavam com suas rendas comprometidas com dívidas (CNC, 2022). Neste cenário, os consumidores se encontram diante do desafio de gerir suas finanças pessoais de forma mais eficiente, que consigam sair da inadimplência e realizar a manutenção da capacidade de consumo.

Esses dois exemplos apresentam informações que retratam a realidade de relevante parcela da sociedade brasileira, produto de um processo histórico de construção social, sem acesso à educação financeira e disseminadora de práticas de satisfação pessoal e consumistas. Devido à essas problemáticas de implementação da educação financeira de forma efetiva nas escolas, é de grande importância projetos e ações promovidos com essa finalidade, mesmo que sejam de modo temporário, tanto em escolas, quanto em outras instituições, sejam elas públicas ou privadas.

2.1.3.3 Cenário Santarém

Como visto, é de grande importância ações que promovam educação financeira. Em Santarém, foram identificadas algumas iniciativas com este objetivo, entre elas estão:

Projeto de extensão “Minha Grana”, realizado em 2017 pelos acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), teve como público alvo alunos do fundamental 1, da Escola Anselmo Pietrulla, oferecendo aos estudantes minicursos, oficinas e aulas expositivas sobre o tema. Com o objetivo de levar a educação financeira para alunos de rede pública, o projeto foi um incentivo para a criação de lei que estabelece a “Semana da Educação Financeira” nas escolas de Santarém, o que levaria o projeto para outras escolas do município.

“Webinário de Educação Financeira” promovido em 2021 pela Prefeitura da cidade em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtras) e a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SNPM), a ação visa expor conteúdos de educação financeira para mulheres atendidas pelos serviços socioassistenciais e demais mulheres interessadas pelo assunto.

Outra ação realizada pela prefeitura de Santarém, foi uma “Roda de Conversa sobre Educação Financeira” em 2022, em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtras) e o Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher Maria do Pará, que teve como público alvo mulheres vítimas de violência doméstica, com o objetivo de incentivar estas mulheres a adquirir independência financeira.

Oficina “Caminho das Contas” realizada pela prefeitura de Santarém em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Caixa Econômica Federal, promovida em 2022, com o objetivo de promover a autonomia feminina e estimular o empreendedorismo. O projeto contou com a participação de cem mulheres que receberam capacitação para fazer a gestão de seus recursos no decorrer da pandemia.

2.2 Sustentabilidade

Ao longo dos anos o termo sustentabilidade tem adquirido maior visibilidade no cenário nacional e internacional, devido à eclosão de grandes problemas ambientais no planeta Terra. Estes problemas são consequências das ações insustentáveis do ser humano com o meio ambiente, influenciando negativamente na sobrevivência da espécie humana (IAQUINTO, 2018, p. 159).

Para Leonardo Boff (2017), a palavra sustentabilidade deriva do termo latino “sustentare” que em português significa sustentar. Ao realizar uma consulta em dois dicionários de tempos diferentes, o autor encontrou dois sentidos ao verbo sustentar, um no sentido passivo (equilibrar-se, manter-se, conservar-se sempre a mesma altura, conservar-se sempre bem) e o outro no sentido ativo (conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver), ao interpretar ambos os sentidos em termos ecológicos concluiu que, a partir do sentido passivo, “sustentabilidade” é “tudo o que a terra faz para que um ecossistema não decaia e se arruíne”, neste sentido o autor explica que o ecossistema deve ter condições para se conservar, prosperar, fortalecer e coevoluir. Já no sentido ativo, entende-se que a ação deve partir de fora, ou seja, o homem deve dar condições a Terra e biomas para que se mantenham vivos, contribuindo por intermédio de ações que visem a sua proteção e preservação. Ademais, o autor adverte, que isso não vale apenas para o ecossistema, mas para sociedades e comunidades, pois é necessário haver o equilíbrio entre natureza e homem, garantindo assim a sua autorreprodução e subsistência.

Em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o conceito de sustentabilidade presente no Relatório “Nosso Futuro Comum”, como sendo: “Sustentabilidade é suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras”.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como princípio garantidor da sobrevivência da espécie humana. Para alcançá-lo, é necessário reconhecer que os recursos naturais são finitos e devem ser preservados, a sua exploração deve ser racionalizada com inteligência para a continuação da existência da vida humana (FILHO; ANJOS, 2017, p. 82).

Portanto, cabe ao ser humano a responsabilidade de contribuir para a melhora gradativa do ambiente em que vive. Neste sentido, a condição para que o ser humano desfrute de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõe que realize suas intervenções de forma restrita e que transcenda o respeito e a responsabilidade para com o mesmo (FILHO; ANJOS, 2017, p. 86).

2.2.1 Panorama histórico da Sustentabilidade no mundo

A construção do conceito de sustentabilidade iniciou junto a Idade Moderna, o aumento do manejo florestal madeireiro, principalmente na Espanha e Portugal, provocou a escassez da matéria-prima que, de certa forma, levantou discussões sobre maneiras de solucionar aquela

situação. Contudo, a preocupação do uso racional dos recursos florestais só tomou forças na Alemanha, dando origem ao termo *Nachhaltigkeit*, que traduzido para o português quer dizer Sustentabilidade. De cunho estratégico o termo visa não apenas o aspecto ambiental, mas o econômico. O controle de corte e o reflorestamento são discursos ecológicos usados até hoje. Dentro dessa linha, desenvolveram-se, ao longo dos anos, muitas indagações no meio científico, empresarial e na sociedade sobre os limites do crescimento (BOFF, 2017, p. 25).

Durante a década de 1950, o Japão vivenciou tragédias que provocaram a morte de milhares de pessoas e graves problemas ambientais, o desastre de Minamata e a explosão de bombas atômicas de Hirochima e Nagazaqui. Como consequências advindas desses eventos, apresentam-se problemas ambientais, sociais e econômicos que não ficaram restritos àqueles locais (SANTOS, *et al.*, 2012, p. 52).

Na eclosão da arquitetura bioclimática, em 1960, também se observa o interesse em explorar, de forma mais consciente, a construção de edificações que levam em consideração o cuidado com o meio ambiente, o conforto e a saúde dos habitantes do imóvel. Em 1962, a partir da publicação de “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, que fala sobre o uso de pesticidas nas plantações dos EUA e as consequências desfavoráveis para os animais e a vida humana (COSTA, 2019, p. 6).

Em 1970, alguns parâmetros políticos, econômicos e sociais trazidos pelos ambientalistas às discussões sobre o desenvolvimento e seu relacionamento estreito com o meio ambiente, possibilitou abrir os olhos para questões além do conservar/preservar os recursos ambientais, mas também para questões sociais e econômicas, assim como a pobreza e a habitação nos grandes centros urbanos (SILVA; TRAVASSOS, 2008, p. 29).

Por muitos anos o pensamento sobre o que hoje é conhecido como sustentabilidade não passava de uma expressão técnica usada por comunidades preocupadas com o futuro do planeta, principalmente a comunidade científica (FILHO; ANJO, 2017, p. 78).

Toda essa discussão acerca do tema favoreceu para que fossem abordadas, em 1972, na Primeira Conferência Mundial em Estocolmo, questões relacionadas a degradação e poluição ambiental. A “*United Nations Conference on the Human Environment*” resultou na publicação de “*The Limits to Growth*”, o estudo teve por objetivo analisar os limites dos recursos ambientais em relação a velocidade de expansão do crescimento econômico e populacional (BOFF, 2017, p. 26).

Já em 1984 a ONU realiza uma nova conferência criando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente para o Desenvolvimento, presidido pela então primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundland. O resultado do trabalho dessa comissão foi o Relatório Brundland

divulgado em 1987, o qual apresenta o conceito de Sustentabilidade. Intitulado como Nosso Futuro Comum, o relatório apresenta os principais problemas mundiais, fazendo uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos, o qual se fundamenta no uso excessivo de recursos naturais, tornando-o insustentável. O relatório trata de questões ambientais, econômicas e sociais (BOFF, 2017, p. 28).

Com o objetivo de dispor de estudos que apresentassem as mudanças climáticas e suas consequências, e possibilitar a criação de políticas públicas, foi criado, em 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. No ano seguinte ocorre a Conferência Rio 92, que teve como um dos principais resultados a Carta da Terra, a qual apresenta os princípios de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, que serve como um guia para os governos. Para reforçar esses princípios foi criada a Agenda 21, a qual propõe um plano com metas de curto, médio e longo prazos visando o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável define as bases para tornar os níveis e o padrão de consumo mais sustentável, com a finalidade de minimizar os impactos ambientais e atender as necessidades básicas da sociedade (COSTA; TEODÓSIO, 2011, p. 122).

Em 2012, é realizada a Conferência Rio+20, que teve como objetivo a renovação do compromisso dos representantes nacionais com o desenvolvimento sustentável. Ao final do evento foi apresentado como resultado o Relatório “O Futuro que Queremos”, o documento apresenta a economia verde como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável, ressaltando sua contribuição para a erradicação da pobreza, aumentando a capacidade de gerenciar os recursos naturais de forma eficiente e sustentável, levando em consideração o crescimento equitativo e inclusivo econômico (SANTOS; MEDEIROS, 2020, p. 13). Segundo Santos e Medeiros (2020), nesta conferência também foram definidos os embasamentos de um processo intergovernamental holístico e cristalino, em que todas as partes interessadas pudessem criar um conjunto de objetivos para promover o desenvolvimento sustentável.

Passados três anos os objetivos foram criados e apresentados na Agenda 2030 em 2015, foram escolhidos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), são eles: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água limpa e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho de decente e crescimento econômico; 9. Inovação infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre;

16. Paz, justiça e instituições eficazes e; 17. Parcerias e meios de implementação (SANTOS; MEDEIROS, 2020, p. 14).

Já em 2018, foi realizada a Conferência sobre as Mudanças Climáticas (COP 24), ocorrida na Polônia. O principal tema tratado na COP 24 foi a relação homem, natureza e tecnologia, com o objetivo de incentivar a produção de soluções sustentáveis, com a finalidade de atingir um equilíbrio entre homem e natureza (SANTOS; MEDEIROS, 2020, p. 14).

A troca de ideias sobre o termo sustentabilidade em encontros da comunidade internacional, provocou maior aproximação e conscientização em relação ao meio ambiente e as dimensões da sustentabilidade na sociedade. A busca por uma sociedade sustentável é demonstrada em estratégias locais, regionais e mundiais por meio do desenvolvimento sustentável.

2.2.1.2 O Tripé da Sustentabilidade

Idealizado por John Elkington, em 1994, o Tripé Botton Line, vem ganhando forças na sociedade, principalmente no meio empresarial. A ideia é estabelecer um equilíbrio mútuo entre economia, sociedade e meio ambiente. Para ter equilíbrio entre os pilares é necessário que parcerias sejam realizadas, seja entre setores públicos e privados ou entre empresas. As parcerias são como simbiose entre inimigos de longa data (ELKINGTON, 1994, p. 37).

É inevitável os benefícios trazidos pela inserção da sustentabilidade, como afirma Elkington (1994) “Sustentabilidade pode ser um jogo em que $2+2=5$ (ou mesmo 50)”. As vantagens são mútuas entre os parceiros, e tem como consequência a harmonia entre os pilares econômico, social e ambiental. À vista disso, para que haja a sustentabilidade, deve-se dar a devida atenção e relevância a cada pilar, caso contrário implica em “problemas sociais, disfunções econômicas, degradações, catástrofes ambientais, entre outros” (KHANDELWAL & DARBHA, 2021 apud COUTO; MARACAJÁ; MACHADO, 2022, p. 512).

2.2.2 O Contexto Brasileiro

Segundo Celso Bredariol (2001), no Brasil, as discussões acerca das questões ambientais iniciaram em 1960 com a viabilização de investimentos em petrolíferas e siderúrgicas, a exploração de recursos naturais provocou impactos negativos para o meio ambiente, sobretudo em função da poluição gerada por essas indústrias, provocando a mobilização da sociedade civil.

Apesar de dispor de recursos naturais abundantes, o Brasil não está livre de uma crise ambiental. O crescente aumento do consumo desses recursos tem provocado sérios prejuízos para o ecossistema brasileiro, bem como a diminuição da água potável, aumento do desmatamento, aumento da poluição, aumento da produção de lixo, entre outros. Portanto, a conservação/preservação e o uso sustentável dos biomas, assim como a produção de bens e serviços que incorpore as melhores alternativas de minimizar os custos ambientais e sociais e geração de renda, representa a melhor forma de resguardar o patrimônio ambiental (BRASIL, 2005, p. 60).

Neste sentido, o art. 225 da Constituição Federal de 1988, determina que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, Art 225).

Portanto, a condição para que o ser humano desfrute de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõe que este realize suas intervenções de forma restrita, que transcenda o respeito e a responsabilidade com o meio ambiente e com as gerações futuras. (FILHO; ANJOS, 2017, p. 86).

Nesta mesma perspectiva, Encarnação (2007) entende que a forma de iniciar essas intervenções para tornar o país mais sustentável é inserir a educação sustentável no âmbito escolar, embora as práticas educativas não podem e nem devem ser desenvolvidas somente na escola, a instituição se caracteriza por ser um espaço que goza de privilégios, onde as práticas de aprendizagem e socialização são propositais. Neste sentido, inserir a educação sustentável no âmbito escolar se torna necessário, não apenas quando referida ao crescimento econômico ou as mudanças ocorridas no planeta por consequência das ações do homem, mas por abranger outras questões como ética, valores, relacionamentos saudáveis, alimentação, diversidade, equidade de gênero e muito mais (ENCARNAÇÃO, 2007, p. 20).

Uma política que faz parte do processo educativo brasileiro é a dos 5R's da Sustentabilidade – reduzir, reutilizar, reciclar, repensar e recusar - a qual enfatiza a importância das práticas sustentáveis no cotidiano do cidadão brasileiro, visando a mudança de hábitos, levando a população a repensar seus valores e práticas, contribuindo para a redução do consumo exacerbado e do desperdício, priorizando o reaproveitamento de materiais, assim como recusar o consumo de produtos que não contribuem para a sustentabilidade socioambiental e econômica (SILVA *et al.* 2017).

Em suma, inserir ações que visem a sustentabilidade como metodologia de ensino no âmbito escolar, afim de desenvolver nos alunos capacidades de autonomia, senso crítico, valores éticos e que visem sempre a superação do individualismo, tem como consequência a relação equilibrada entre homem e meio ambiente. (SANTOS, *et al.*, 2017 apud SILVA; SOUSA; SILVA, 2020).

2.2.4 Sustentabilidade na Infância

A educação em geral é imprescindível para a busca efetiva dos ODS. Os indivíduos equipados e capacitados pelo conhecimento, atitudes e valores, têm a capacidade de criar um mundo mais justo, pacífico e sustentável. Investir em educação na infância tem maiores retornos de longo prazo, seja para o seu próprio bem-estar quanto para os âmbitos sociais, ambientais e econômicos (UNESCO, 2014 apud FOLQUE; ARESTA; MELO, 2017, p. 2).

Os cidadãos mais novos também são capazes de influenciar, principalmente no futuro. Quando detentores de conhecimentos e atitudes sustentáveis, influenciam de forma positiva e garantem a sobrevivência no tempo do pensamento sustentável (FOLQUE; ARESTA; MELO, 2017, p. 2).

O quarto dos ODS é garantir uma educação de qualidade, assegurando que as crianças adquiram conhecimentos e habilidade para promover o consumo sustentável. Os ODS não dependem apenas do compromisso do governo, mas do envolvimento dos cidadãos. Neste sentido, as crianças se tornam os principais agentes fomentadores da sustentabilidade, tornando-se assim sua participação inestimável para alcançar os ODS.

Neste contexto, torna-se um desafio para a educação alinhar a sustentabilidade no cotidiano escolar e assim ajudar meninas e meninos no desenvolvimento como cidadãos participativos em seus contextos sociais.

2.3 Relação entre Educação Financeira e Sustentabilidade

A integração entre educação financeira e sustentabilidade pode servir como um mecanismo de combate à desigualdade e degradação ambiental, em que as pessoas assumem papéis de protagonistas na sociedade. A sustentabilidade está em consonância com a educação financeira, são temas pertinentes e essenciais, pois influenciam positivamente no comportamento e nas escolhas das pessoas, seja em suas atitudes em relação a aquisição de

bens de consumo, no modo de produzir e como lidam com os resíduos e a suas percepções de mundo (COUTO; MARACAJÁ; MACHADO, 2022, p. 519).

O desafio da sociedade é encontrar um ponto de interseção entre os interesses econômicos, sociais e ambientais. Trabalhar a educação financeira e a sustentabilidade se torna o caminho mais viável para superar esse desafio, pois ambos envolvem fatores que exigem esforços para que estejam presentes na sociedade de forma harmônica, esses fatores são: interesses de lucratividade dos produtores, satisfação dos consumidores e equilíbrio ambiental (COUTO; MARACAJÁ; MACHADO, 2022, p. 519).

Conforme Scolari e Grando (2016) ao se tratar do assunto educação financeira, deve-se levar em conta aspectos que estão relacionados ao tema, bem como a influência da ética na tomada de decisões financeiras, a forma como se lida com o dinheiro, o consumo consciente, o aumento na quantidade de lixo produzido, as alterações no meio ambiente causadas pelas atividades do homem, o exercício de cidadania e sustentabilidade. Neste sentido, torna-se inviável dissociar fatores econômicos e sociais que provocam o consumo inconsequente, dos fatores ambientais, especialmente ao se tratar de recursos naturais envolvidos na produção de bens e serviços e dos resíduos deles advindos.

Fomentar a educação financeira sustentável é crucial para direcionar ao consumo consciente, por meio do orçamento e do planejamento das compras, da avaliação dos riscos do consumo compulsivo, dos desperdícios e da relação da sociedade com os resíduos. O consumo consciente expressa os valores das pessoas. Ao reciclar, reduzir, reutilizar, repensar e recusar, as pessoas estão levando em consideração, além do modo de produção, distribuição e impactos ambientais, a justiça social.

Essa forma de consumo também pode pressionar o mercado a desenvolver relações com a sociedade baseadas em valores mais alinhados com o pensamento sustentável. A postura sustentável das empresas se aplica não somente a serviços e produtos, mas de um conjunto de ações que minimizem os impactos ambientais e sociais. O consumo consciente também pressiona os governos e instituições a se adaptarem as novas condições dos pilares social, ambiental e econômico, com a intervenção de mecanismos legais que contribuam para a harmonia destes três pilares, de forma que suas ações estejam voltadas a potencializar o consumo sustentável (COUTO; MARACAJÁ; MACHADO, 2022, p. 519).

3. PROJETO “EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL”

O Projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável foi desenvolvido ao longo do primeiro semestre de 2022, realizado com duas turmas do 5º ano da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Aderbal Tapajós Caetano Corrêa, localizada no bairro Uruará em Santarém/PA. Este projeto se justifica pela necessidade de abordar um tema de grande relevância nos âmbitos social, ambiental e econômico, mas principalmente pela urgência em se trabalhar a educação financeira e sustentabilidade no ambiente escolar, especialmente nas séries iniciais. O início da trajetória escolar é uma fase crucial para introduzir a educação financeira e sustentável na vida das crianças. Ao longo desse período, as crianças estão desenvolvendo sua identidade, valores, hábitos e costumes, o que as torna especialmente receptivas à aprendizagem e abertas à formação de novos conhecimentos.

A inserção da educação financeira e sustentável no cotidiano das crianças é de extrema importância para ajudá-las a desenvolver habilidades financeiras saudáveis e ter uma consciência ambiental desde cedo, requerendo um compromisso contínuo e a participação ativa de todos os envolvidos.

O objetivo geral desta ação foi de promover a iniciação da educação financeira e sustentável no cotidiano dos estudantes, com a finalidade causar mudanças, nos hábitos de consumo, na tomada de decisão e na sua relação com dinheiro e com o meio, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para se tornarem consumidores conscientes e responsáveis, além de desenvolver uma consciência ambiental. Além disso, tem a perspectiva de que por intermédio desse estímulo os alunos se tornem cidadãos com senso crítico sobre o assunto, com valores sólidos e entendam o impacto de suas ações na sociedade de forma consciente e responsável com as próximas gerações. Os objetivos específicos foram: i) oportunizar aos educandos o acesso ao ensino de conteúdo relacionados a educação financeira e a sustentabilidade; ii) desenvolver a partir das práticas educativas que retratam situações do cotidiano, o senso crítico sobre as temáticas; iii) possibilitar o debate em torno das temáticas; iv) estimular a criatividade do aluno para a criação de negócios sustentáveis; v) promover a expansão do conhecimento sobre as temáticas a partir das trocas sociais e experiências do cotidiano das crianças, como uma cadeia de transmissão de conhecimentos e valores; e vi) contribuir para o crescimento pessoal do educando como cidadão crítico, participativo e transformador.

Planejamento: i) elaborar uma proposta didático-pedagógica que possibilitasse a integralização entre educação financeira e sustentabilidade; ii) apresentação do projeto junto à comunidade escolar; iii) aplicação do questionário para identificar os conhecimentos dos

educandos antes da aplicação do projeto; iv) trabalhar os conteúdos propostos; v) ensino na prática; vi) aplicação do questionário pós projeto.

A metodologia de ensino desenvolvida em sala de aula seguiu as diretrizes estabelecidas pela BNCC, utilizando-se métodos de ensino que possibilitasse aos educandos o desenvolvimento da autonomia individual e habilidades de comunicação. Foram realizados dez encontros por turma, em horários e dias pré-definidos junto à diretoria da escola.

A escola pública da rede municipal de ensino é jurisdicionada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e atende cerca de 630 (trezentos e trinta) alunos nos anos iniciais de Pré-Escolar ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino. E conta com aproximadamente 33 (trinta e três) colaboradores, dentre eles 17 (dezessete) professores, 02 (duas) gestoras, 01 (uma) secretária e 13 (treze) profissionais de apoio. A escola oferta aos seus alunos e colaboradores, alimentação saudável, água filtrada, energia, fossa sanitária, coleta periódica do lixo, acesso à internet banda larga e equipamentos audiovisuais.

No que se refere a estrutura, foram observados nas dependências, 10 (dez) salas de aula, 01 (um) laboratório de informática, 01 (uma) sala de recursos multifuncionais, 01 (uma) cozinha, 01 (um) pátio reservado para as práticas esportivas, realização de palestras, dinâmicas e oficinas, 02 (dois) banheiros para os alunos e 02 (dois) para os funcionários, possui também adaptações para atender crianças com deficiência ou mobilidade reduzida. A expectativa da direção, colaboradores, pais e alunos, é que a escola seja reformada ainda no segundo semestre de 2023.

3.1 Atividades desenvolvidas

Inicialmente, apresentou-se o projeto e seus objetivos. Em seguida, aplicou-se um questionário, contendo vinte e cinco perguntas, relacionada ao perfil socioeconômico dos alunos e sobre as temáticas a serem abordadas (Vide Apêndice A). Esta etapa inicial do projeto permitiu obter informações valiosas sobre o nível de compreensão dos alunos, suas experiências prévias e áreas que estavam precisando de mais atenção.

Na primeira aula foi abordado o conteúdo sobre “Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica”, que teve como objetivo instruir os alunos sobre a importância da sustentabilidade nos campos social, ambiental e econômico. No decurso do desenvolvimento da aula foi apresentado o conceito de sustentabilidade, realizando uma breve explanação da formação desse conceito, destacando a importância de encontrar um equilíbrio entre as necessidades das gerações atuais e futuras em cada campo. Tratou-se também sobre o papel da ONU, governo,

empresas e famílias para tornar o mundo mais sustentável. Ao final da aula, realizou-se uma atividade interativa, utilizando-se balões, em que os alunos deveriam mantê-los em movimento, sem deixar cair no chão. Os balões representam a natureza e mantê-los em movimento representa o compromisso individual e coletivo na promoção da sustentabilidade.

Figura 1 – Experiência em sala de aula (turma A)



Fonte: Elaborado pelo autor

No segundo encontro foi discutido sobre “Consumo Sustentável e o Consumismo”, apresentando o conceito de consumo sustentável e os 5R’s da sustentabilidade como um guia prático para adoção de práticas de consumo sustentável, enfatizando a importância de repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar para minimizar os impactos ambientais e sociais negativos no planeta. Nesta aula os alunos foram direcionados para a horta da escola, com o objetivo de sensibiliza-los sobre o cuidado com o meio ambiente, incentivando-os a adquirir hábitos alimentares mais saudáveis e mostrar-lhes na prática um pouco sobre a economia doméstica.

Figura 2 – Experiência na horta escolar



Fonte: Elaborado pelo autor

Neste encontro foi possível dar continuidade ao trabalho de educação e instrução sobre a importância da sustentabilidade no cotidiano dos alunos. Ao levar os alunos para a horta escolar, foi possível expô-los a um ambiente natural, envolvendo-os diretamente na interação com o meio ambiente. Os alunos realizaram o trabalho de limpeza e adubação dos canteiros, e plantio de sementes, mudas e brotos de hortaliças (couve, alface, cheiro-verde e coentro) e plantas medicinais (capim-cidreira e elixir-paregórico). Esta prática contribuiu para o despertar da consciência ambiental e a importância de preservar a natureza.

No terceiro encontro, realizou-se uma aula expositiva e dialogada sobre o “Conselho Monetário Nacional e o Sistema Monetário Brasileiro”. Foram fornecidas informações básicas sobre o Conselho Monetário Nacional e o Sistema Monetário Brasileiro, bem como o seu papel de formulador de política de estabilização da moeda e do crédito, seu objetivo e características. Apresentou-se, também, o papel das moedas e dos bancos na economia, e suas evoluções na história, discutindo a importância do dinheiro como meio de troca, expondo os diferentes valores e características das moedas brasileiras em circulação. Ao final da aula, foi promovida uma roda de conversa abrindo espaço para que os alunos participassem respondendo perguntas e realizando comentários sobre a temática abordada.

Na quarta aula foi abordado o conteúdo sobre o “Sistema Financeiro”, apresentando o que é o sistema financeiro, enfatizando o que é e como se lida com o dinheiro, e como as instituições financeiras contribuem neste processo. O objetivo de abordar o tema foi de induzir o educando a compreender como funciona o sistema econômico e o papel dos principais agentes econômicos, os serviços financeiros, o crédito, os juros e investimentos. Incentivando-os a investigar, analisar e usar criatividade para elaborar e analisar questões do dia-a-dia, bem como entender como todos esses temas estão interligados. Nesta aula foi proposta a seguinte atividade interativa: a turma foi dividida em grupos e cada grupo representou um dos principais agentes econômicos (famílias, empresas e instituições financeiras), todos os agentes tiveram que se relacionar uns com os outros para gerar o fluxo financeiro. Para a realização desta atividade foi necessária a utilização de “dinheirão” (mininotas que simulam cédulas verdadeiras). Fazendo uso das notas, os alunos puderam realizar suas transações financeiras e também se familiarizar mais com o dinheiro.

Figura 3 - Aula prática, experiência com mininotas de dinheiro.



Fonte: Elaborado pelo autor

A atividade proposta foi de extrema importância, pois, ao manipular as mininotas, os alunos tiveram uma experiência com o dinheiro, o que os ajudou a entender melhor seu valor, seu uso e sua importância na vida cotidiana. Contudo, observou-se que alguns alunos não conseguiram fazer o reconhecimento de algumas notas, de seus valores, tampouco realizar suas transações. Apesar disso, foi possível a interação e a compreensão de forma prática das relações entre os diferentes agentes econômicos, como as famílias que consomem bens e serviços, as empresas que os ofertam e realizam suas vendas, e as instituições financeiras que oferecem serviços bancários.

Na quinta aula foi apresentado o conteúdo sobre “Planejamento Financeiro e economia doméstica”, abordando conceitos gerais sobre economia doméstica, assim como receitas (salários, rendimentos, benefícios), despesas familiares (moradia, alimentação, transporte, educação, entre outros) e como elaborar um orçamento. A importância de realizar o planejamento financeiro familiar é garantir o equilíbrio entre receitas e despesas, e que se apoiando nisso as famílias consigam alcançar seus objetivos financeiros. Em seguida foi realizada uma dinâmica em que os alunos pesquisaram sobre as profissões que eles têm interesse de exercer no futuro e em seguida argumentaram sobre as suas escolhas, explicando o que levaram em consideração na hora de escolher suas profissões. A atividade tem o objetivo de trabalhar o projeto de vida e fazer com que conheçam um pouco sobre cada profissão, mercado de trabalho e suas remunerações.

Na sexta aula se trabalhou os conteúdos da “Economia Criativa Sustentável”, apresentando os conceitos e características da economia criativa. Para aprofundamento sobre a temática, os alunos investigaram projetos da indústria criativa empreendidos em Santarém. A turma foi dividida em grupos para investigar a importância dos eventos/manifestações culturais para o desenvolvimento social, cultural e econômico do município, são eles: Sairé de Alter-do-Chão, Círio de Nossa Senhora da Conceição, Festival de Iguarias na comunidade de Ponte Alta,

Festival do Tacacá na comunidade de São Braz, Festival do Charutinho na comunidade de Ponta de Pedras e a temporada de festas juninas. O objetivo dessa investigação é de valorizar as diversas manifestações artísticas e a importância para a economia criativa local. Ao final, os alunos realizaram a apresentação dos resultados da pesquisa.

Figura 4 – Experiências em salas de aula (turma B)



Fonte: Elaborado pelo autor

Na sétima aula foi trabalhado o conteúdo sobre “Empreendedorismo Sustentável”, abordando seu conceito e as principais características. O empreendedorismo sustentável é uma abordagem que combina a criação de negócios lucrativos com a responsabilidade ambiental e social. No segundo período da aula, a turma foi dividida em grupos, cada grupo ficou responsável por elaborar um projeto de negócio criativo sustentável, pensando na viabilidade financeira, no seu público alvo, levando em conta suas necessidades e desejos, entre outros aspectos. No final da aula os grupos apresentaram os seguintes projetos: Projeto “Flor Verde – Floricultura Sustentável”, o objetivo deste negócio é estabelecer uma floricultura sustentável na cidade de Santarém que promova produtos de alta qualidade, enquanto promove uma conscientização ambiental e práticas ecológicas. A ideia é que o negócio seja ecologicamente responsável, abordando diversos aspectos, desde a produção até a comercialização. A Flor Verde oferecerá flores frescas, plantas saudáveis e produtos de alta qualidade, cultivados de forma sustentável, bem como práticas agrícolas sustentáveis; conservação da água; estímulo a biodiversidade; embalagens ecológicas; entre outras. Projeto “Peças do Rio”: Venda de vasos artesanais sustentáveis produzidos na comunidade ribeirinha Anã. A ideia seria criar uma cooperativa de artesãos produtores de vasos de argila com expectativa de atender toda demanda santarena e cidades vizinhas. O projeto teve por objetivo promover a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico local por meio da produção artesanal de vasos utilizando materiais naturais. Ademais seria uma fonte de renda estável para a população local. Está ideia partiu de

uma integrante do grupo pensando em abrir esse negócio para atender as floriculturas locais, inclusive a Flor Verde. A aluna já tem o conhecimento tradicional sobre a produção de vasos artesanais, conhecimento repassado por seus avós e pais na comunidade onde vivem. Apesar da produção já fazer parte da realidade local, a comunidade não realiza essa produção de forma que vise a sustentabilidade. O grupo entendeu que seria necessário promover palestras de orientação sobre sustentabilidade naquela comunidade para conscientizar os artesãos sobre a importância de praticar e incentivar a adoção de comportamentos mais responsáveis em relação ao meio ambiente. E o projeto “loja de cosméticos sustentáveis” que visaria um negócio especializado em produtos de estética corporal e cuidados pessoais ecologicamente corretos. O propósito do empreendimento é proporcionar aos consumidores uma alternativa consciente onde possam encontrar uma grande quantidade de cosméticos, promovendo um estilo de vida sustentável e em harmonia com a natureza. O público-alvo seria o estado do Pará.

Os alunos também tiveram outras ideias de negócios, mas sem mais detalhes, são eles: uma confeitaria, que utilizaria ingredientes orgânicos de fornecedores locais e com práticas agrícolas sustentáveis; horta orgânica; Negócio de energia solar sustentável; loja de colchões; e pousada sustentável. A proposta desta aula foi de promover a conscientização sobre práticas incentivadoras e incentivar o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas ambientais. Ao dividir a turma em grupos para elaborar os projetos, foi proporcionado a oportunidade de aplicar os conceitos aprendidos de uma forma prática e envolvente. Essa atividade também estimulou a colaboração em equipe e o pensamento criativo.

Na oitava aula foi trabalhado o conteúdo de “Marketing Sustentável” que envolve o desenvolvimento e promoção de produtos e serviços que consideram os impactos ambientais, sociais e psicológicos. Foi discutido sobre a importância do marketing sustentável para as empresas e a sociedade como um todo. Ao final da aula os alunos foram divididos em quatro grupos, foi apresentado a eles alguns exemplos de produtos e serviços que cada grupo venderia na feira do empreendedor promovida pela turma. Nesta aula, os alunos gravaram vídeos e criaram cartazes de propaganda digital para promover o seu evento.

No nono encontro foi promovida a “Feira do Empreendedor” planejada na aula anterior. Nesta aula, os alunos puseram em prática o que aprenderam sobre marketing, finanças, orçamento, planejamento e vendas, além de desenvolver habilidades e comportamentos empreendedores, negociação de preço, apresentar seus produtos e tiveram novamente o contato com o dinheiro no decorrer das negociações, a feira também tinha como objetivo a arrecadação de dinheiro para realização da formatura das turmas de 5º da escola.

Nesta prática foi estimulado a socialização e incentivo a autonomia dos alunos. A atividade desenvolvida pelos alunos foi a venda de iguarias típicas de festas juninas, venda de brinquedos e promoção de brincadeiras e jogos. Além dos alunos dos 5º Ano, participaram da feira outros alunos, professores e comunidade em geral. Ao final da feira foi realizada uma avaliação do evento juntamente com os grupos, cada grupo apresentou um feedback sobre os pontos positivos e negativos da feira e do projeto com todo.

No último encontro foi aplicado o questionário avaliativo (Vide Apêndice B) sobre as temáticas abordadas em sala de aula e durante as práticas, para que fosse possível avaliar a compreensão dos alunos e verificar se assimilaram os conceitos estudados.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da pesquisa

4.1.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa se trata de um estudo de caso que, segundo Yin (2005), pode ser definido como “um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”. Para Creswell (2010, Apud Stake, 1995), um estudo de caso é uma estratégia de investigação em que o cientista busca explorar demasiadamente “um programa, um evento, uma atividade ou um ou mais indivíduos”, utilizando-se de vários procedimentos de coleta de dados, dentro de um período de tempo prolongado.

Este estudo de caso trata acerca do projeto “Educação financeira para o consumo sustentável”, em que buscou examinar através deste, o grupo participante, suas mudanças comportamentais e tomada de decisão a partir das ações desenvolvidas no projeto, levando em consideração o contexto de suas realidades, propondo uma visão holística do fenômeno estudado.

4.1.2 Abordagem da pesquisa

Para atender ao objetivo proposto, este trabalho se apoiou no uso da abordagem de métodos mistos, em que o pesquisador “combina ou associa as formas qualitativa e

quantitativa” (CRESWELL, 2010, p. 27), ou seja, investigação se baseia no uso de duas abordagens em conjunto. A combinação entre as abordagens qualitativa e quantitativa implica em apresentar o quanto os dados estão realmente integrados.

Para Creswell (2010) a abordagem qualitativa “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Este processo de pesquisa requer o envolvimento de questões e procedimentos que surgem no ambiente do participante envolvido na pesquisa. As análises dos dados são construídas indutivamente a partir das particularidades encontradas e interpretadas dos dados pelo pesquisador. Já a abordagem quantitativa pode ser definida como “um meio para testar as teses objetivas, examinando a relação entre as variáveis” (CRESWELL, 2010, p. 21 e 26).

4.1.3 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Neste estudo de caso foi utilizado como estratégia de investigação os procedimentos de métodos mistos sequenciais que, segundo Creswell (2010), são aqueles que o investigador busca desenvolver os achados de um método com os de outro método em fases.

A distribuição do tempo na coleta de dados deste estudo foi realizada em duas fases sequenciais. Na primeira fase foi realizada uma coleta de dados qualitativos através de uma revisão literária e do estudo de caso em si. Na segunda fase foi realizada uma coleta de dados quantitativos mediante aplicação de questionário e avaliação que possibilitaram a quantificação do fato observado.

Neste estudo, o pesquisador teve um objetivo principal de coletar dados quantitativos, e com a intenção de obter informações de apoio coletou dados qualitativos, bem como os obtidos através das observações e feedback com os participantes. Dessa forma, o pesquisador incorporou uma forma secundária de banco de dados dentro do estudo (CRESWELL, 2010, p. 244).

Os dados foram coletados no período de 11 de abril a 28 de junho de 2022. Com o objetivo de avaliar o conhecimento prévio dos alunos participantes e o conhecimento adquirido no decurso do projeto, aplicou-se dois questionários preestabelecidos. O primeiro questionário foi aplicado no primeiro dia do projeto, cujo o objetivo foi tomar consciência das condições sócios-econômicas dos alunos e testar os conhecimentos *a priori* sobre os temas educação financeira e sustentabilidade, temas abordados no projeto. O questionário continha 24 (vinte e quatro) perguntas, dentre elas, cinco questões relacionadas a identificação e perfil socioeconômico do aluno, seis sobre a temática educação financeira, onze sobre a temática

sustentabilidade, todas questões fechadas (Vide Apêndice A). O segundo questionário, continha 15 (quinze) questões, foi aplicado no final do projeto e teve como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos pelos alunos no espaço de tempo da execução do projeto, acerca dos temas expostos no decorrer das aulas (Vide Apêndice B).

4.1.4 Sujeitos da pesquisa

Participaram do presente estudo 60 (sessenta) crianças, estudantes de duas turmas de 5º ano da Escola Municipal Aderbal Tapajós Caetano Corrêa, com idade entre 10 (dez) a 12 (doze) anos, que participaram do projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável.

4.1.5 Técnica de análise de dados

Segundo Bussab (2010), em alguma fase do projeto, o pesquisador, depara-se com o problema de analisar e entender um conjunto de dados referente ao seu objeto de estudo. É nessa fase que se utiliza as técnicas estatísticas. A estatística é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente conjuntos de dados com o objetivo de apresentar informações sobre os dados em estudo para que se tenha maior compreensão dos fatos que os mesmos representam, (GUEDES, 2005). A estatística está dividida em três áreas: A estatística descritiva, como o nome diz, tem o objetivo de descrever um conjunto de dados; probabilidade; e estatística inferencial, fundamentada na teoria das probabilidades.

Para análise dos dados obtidos, utilizou-se técnicas da estatística descritiva cujo objetivo é o de sintetizar um conjunto de dados, permitindo que se tenha uma visão global da variação dos valores do fenômeno em estudo (GUEDES, 2005). A estatística descritiva organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas de frequência, gráficos e medidas de resumo. Destas, neste trabalho, utilizaremos tabelas de frequência e gráficos.

A tabela de frequência resume um conjunto de dados utilizando a frequência absoluta, o número de vezes que cada valor da variável se repete na amostra, e frequência relativa em porcentagem, quociente entre a frequência absoluta da classe correspondente e o tamanho da amostra, multiplicado por cem. Os gráficos são formas de apresentação dos dados, cujo objetivo é o de produzir uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo (GUEDES, 2005).

4.2 Análise pré-projeto

Na Tabela 1, são apresentados dados referentes ao gênero, idade e números de moradores nas casas das crianças participantes, observa-se que a maioria dos participantes são do gênero feminino, representando 58% do total e a porcentagem de crianças do gênero masculino participantes no projeto é de 42%. A faixa etária dos participantes foi entre dez e doze anos. Quando perguntados dos números de pessoas que residem na casa, 7% responderam que três pessoas residem na casa, 27 % responderam que na casa tem um total de quatro pessoas e 67% responderam que moram com pelo menos cinco familiares.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes: Gênero, faixa etária e número de moradores

Perguntas	Respostas	Total	%
Gênero	Feminino	35	58
	Masculino	25	42
Idade	Dez	31	51
	Onze	25	42
	Doze	4	7
Nº de moradores na casa	Três	4	7
	Quatro	16	27
	Mais de quatro	40	67

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação ao gênero, geralmente as mulheres possuem o nível de conhecimento sobre finanças inferior em relação aos homens, Lusardi e Mitchell (2011, p. 6) afirmam que quando perguntadas sobre questões relacionadas a finanças, as mulheres são menos propensas a responder corretamente. Relatam ainda que esse fato ocorre não apenas em países subdesenvolvido, mas em todo mundo. No entanto, torna-se importante a compreensão desse fato por abarcar uma série de questões sociais e culturais que implicaram no acesso da mulher à educação financeira ao longo dos anos. Assim como o tratamento diferenciado que meninos e meninas recebem de seus pais, os pais educam suas filhas para serem dependentes, recebem mais apoio financeiro, já com meninos, os pais têm expectativa mais alta para o trabalho e isso faz com que sejam mais propensos a conversar sobre dinheiro com os meninos (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015, p. 365).

A questão de gênero também se torna fundamental ao se tratar sobre sustentabilidade, visto que a igualdade de gênero é 5º objetivo do desenvolvimento sustentável, logo para que uma sociedade seja sustentável é necessário que homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades.

No decorrer do projeto, foi observado que as meninas mostraram um interesse maior nas áreas de estudo abordadas, possivelmente por almejam um futuro diferente das mulheres de suas famílias e comunidade. Tinham aspirações como obter uma formação superior, alcançar sucesso profissional e conquistar independência financeira. Nesse sentido, oferecer oportunidades educacionais a esse grupo é uma maneira de aumentar a proporção de mulheres que possuem esse conhecimento e também de incentivá-las a acreditar que é possível realizar seus sonhos, apesar dos desafios de uma sociedade estruturalmente excludente.

A idade também é um fator importante a ser considerado ao desenvolver temáticas relacionadas à educação financeira e a sustentabilidade. Embora seja essencial abordar essas questões em todas as faixas etárias, na infância é uma fase crucial, pois é nesse período que as pessoas começam a enfrentar momentos de tomada de decisões e a começar a ter contato com o dinheiro (Franzoni e Quartier, 2020). Durante as rodas de conversa sobre economia doméstica, foi observada pouco conhecimento dos participantes em relação ao meio ambiente e às suas finanças pessoais e familiar.

Foi perguntado sobre o contato com o dinheiro e a fonte da renda, assim como o gasto. As informações se encontram na tabela abaixo.

Tabela 2 – Origem e responsabilidade financeira: atividade remunerada, mesada e destino do dinheiro

Perguntas	Respostas	Total	%
Exerce atividade remunerada	Nunca	46	77
	Algumas vezes	9	15
	Frequentemente	2	3
	Sempre	3	5
Recebe mesada	Sim	30	50
	Não	30	50
Destino do dinheiro	Gasto tudo	37	60
	Guardo menos da metade	13	22
	Guardo mais da metade	10	17

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 2, observa-se que em maioria, 77% dos alunos não exercem atividade remunerada. Por outro lado, 14 (quatorze) crianças participantes do projeto, o que equivale a 23% do total, desenvolve alguma atividade remunerada: 15% declaram que exercem atividade remunerada algumas vezes, e uma proporção menor de 3% declaram que frequentemente exercem e 5% sempre exercem atividade remunerada. As atividades exercidas pelas crianças são: babá, serviços domésticos na própria casa ou na casa de terceiros, vendas, trabalho em frutaria e ajudante de pedreiro. Sobre a mesada, metade dos respondentes (50%) informaram

que recebem, enquanto a outra metade não recebe. Portanto, a maioria das crianças participantes do projeto já possuem contato com o dinheiro, tendo como fonte de renda a mesada e/ou atividades remuneradas. Daí, surge a importância da educação financeira nessa idade, para ensinar-lhes a lidar de maneira responsável com seu dinheiro e se tornar adultos conscientes.

A maioria dos alunos (60%) responderam que gastam todo dinheiro recebido, os demais praticam poupança. Dos que praticam poupança, 22% guardam menos da metade do dinheiro adquirido e outros 17% responderam que guardam mais da metade. Ensinar a poupar e planejar seu recurso desde criança é de grande importância, pois assim, os ensinamos alcançar seus objetivos de adquirir bens mais valiosos. Dessa forma, a realização do planejamento de forma contínua pode levar a família ou pessoa a conquistar um padrão de vida desejado e ter condições de mantê-lo (ROSINI *et al*, 2015, p. 10).

Para testar os conhecimentos *a priori* dos alunos participantes do projeto, aplicou-se questões relacionadas sobre os temas abordados: educação financeira e sustentabilidade.

Tabela 3 – Já ouviu falar em educação financeira e sustentabilidade? Onde?

		Total (%)	Onde	Total (%)
8. Você já ouviu falar sobre educação financeira?	Sim	23 (38 %)	Família	6 (26%)
			Escola	7 (30%)
			Conhecidos	2 (9%)
			Jornais, livros e/ou revistas	2 (9%)
			Internet, televisão e/ou rádio	6 (26%)
	Não	37 (62 %)		
14. Você já ouviu falar sobre sustentabilidade?	Sim	26 (43 %)	Família	11 (42%)
			Escola	4 (15%)
			Conhecidos	1 (4%)
			Jornais, livros e/ou revistas	2 (8%)
			Internet, televisão e/ou rádio	8 (31%)
	Não	34 (57 %)		

Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre educação financeira (ver Tabela 3), 38% dos alunos responderam que já tinham ouvido falar, dos que deram uma resposta negativa, o percentual foi de 62%, representando a maioria. Dos que ouviram falar sobre educação financeira a maioria ouviu falar no ambiente escolar, 30%, o percentual dos que ouviram falar no ambiente familiar foi de 26%, que representa o mesmo percentual dos alunos que ouviram falar sobre educação financeira por meio da internet, televisão e/ou rádio. Os que ouviram falar por outros meios totalizam 18%. Quando perguntados sobre sustentabilidade (ver Tabela 3), 43% responderam

que já ouviram falar, enquanto 57% não ouviram. Dos que ouviram falar sobre sustentabilidade, a maioria ouviu falar no ambiente familiar, 42%, e 31% ouviram falar na internet, televisão e/ou rádio. Dos demais, 15% dos alunos ouviram falar sobre sustentabilidade no ambiente escolar e 12% por outros meios. Observa-se que a porcentagem dos alunos que já ouviram falar sobre sustentabilidade é maior dos que já ouviram falar sobre educação financeira, porém, esse conhecimento, para a maioria, é adquirido no seio familiar, pois é na família que criam consciência sobre desperdício de alimentos, economia de água e energia, a forma de descarte do lixo. Dos que já tinham conhecimento sobre sustentabilidade, apenas 15% declararam conhecer o termo no ambiente escolar, o que reforça a necessidade de debatermos esse tema nas escolas. Porém, é na escola que a maioria das crianças ouviram sobre educação financeira, sendo a família a segunda maior fonte de informação sobre a temática. Ao possibilitar ao aluno a aprendizagem de conhecimentos e comportamentos referentes a educação financeira, a escola permite a inserção de pessoas de atitude protagonista na sociedade, ou seja, que fazem a diferença em seus meios, possuidores de autocontrole, organização e planejamento financeiro, estes por sua vez, tornam-se capazes de transmitir o conhecimento para suas famílias e familiares em um efeito multiplicador. (ENEF, 2012).

Ainda no início do projeto, foi perguntado sobre temas relacionado a poupança e outros aspectos relacionados a sustentabilidade. A análise encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 4 – Aspectos do consumo sustentável

Perguntas	Resposta	Total	%
Sabe o que é poupança?	Sim	12	20
	Não	27	45
	Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é	21	35
Sabe o que é reciclagem?	Sim	40	66,7
	Não	11	18,3
	Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é	9	15
Se considera um ser humano sustentável?	Sim	31	52
	Não	29	48
Participou de algum projeto de preservação do meio ambiente?	Sim	16	27
	Não	44	73
Na sua escola existe cestos de lixo recicláveis?	Sim	0	0
	Não	60	100
Você ou sua família reciclam algum tipo de material?	Sim	8	13
	Não	52	87

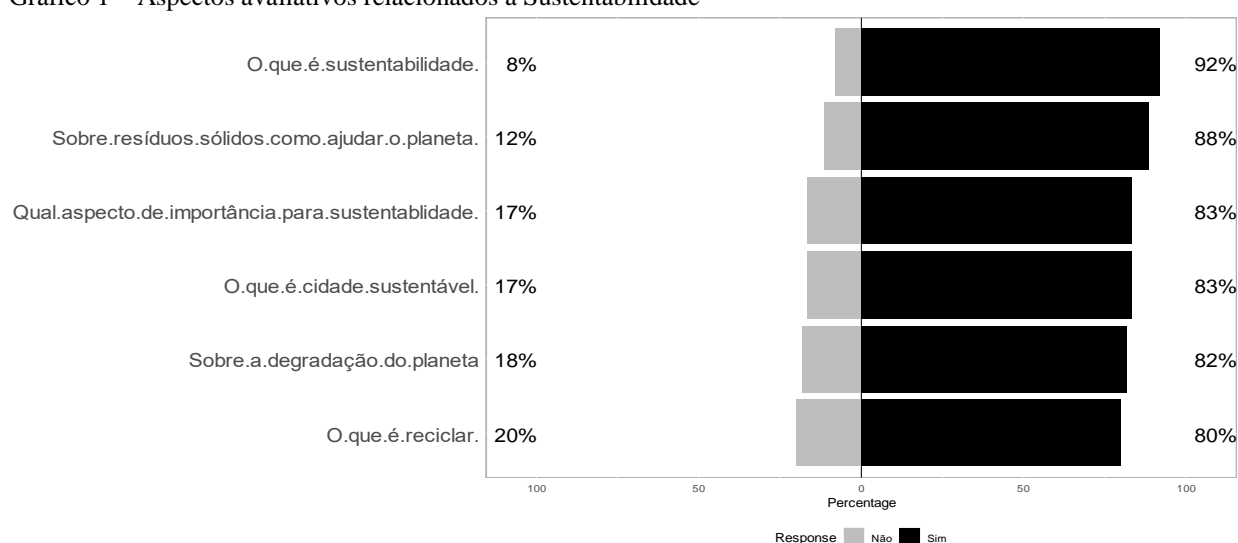
Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, na Tabela 4, que 20% dos alunos sabem o que é poupança, enquanto 45% não sabem. Sobre reciclagem, a maioria, 35%, dos alunos participantes do projeto sabem o que é, sendo que 13% das famílias dos alunos praticam reciclagem em casa. Quando perguntado se considera um ser sustentável a grande parte dos alunos, 52% responderam que sim. Quando perguntados se participaram de algum projeto de preservação do meio ambiente, 73% responderam que não, enquanto 27% dos alunos já participaram de algum.

4.3 Análise pós-projeto

Para testar os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante a realização do projeto, aplicou-se uma avaliação (vide Apêndice B) sobre os temas abordados: educação financeira e sustentabilidade. Nos dois gráficos a seguir, analisaremos apenas o número de respostas corretas, ou erradas, em cada questão. Em relação ao tema sustentabilidade, as informações dos acertos das questões se encontram no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Aspectos avaliativos relacionados a Sustentabilidade

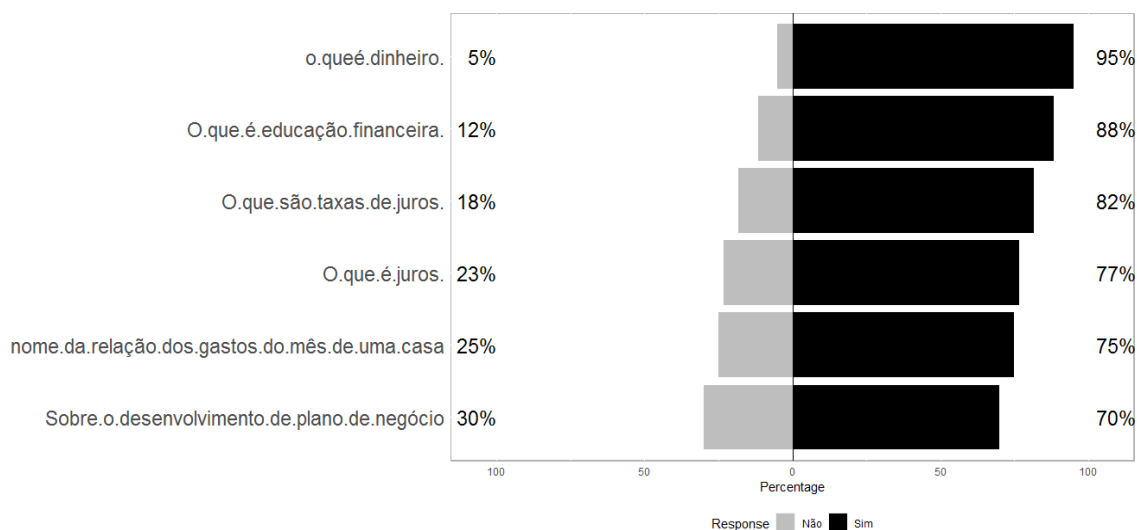


Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre as respostas das perguntas envolvendo o tema sustentabilidade, obteve-se um número elevado de respostas corretas, a porcentagem de acerto foi de no mínimo 80%, ver Gráfico 1. A pergunta que obteve a maior porcentagem de respostas corretas foi a da definição de sustentabilidade, onde 92% dos alunos obtiveram êxito na resposta, seguida da pergunta sobre a atitude que deve tomar, em relação resíduos sólidos, para ajudar o nosso planeta, com 88% de acerto. A pergunta que obteve o menor percentual de acerto foi sobre a definição de reciclagem.

Sobre o tema educação financeira, as informações acerca das respostas corretas e erradas das questões encontra-se no gráfico abaixo.

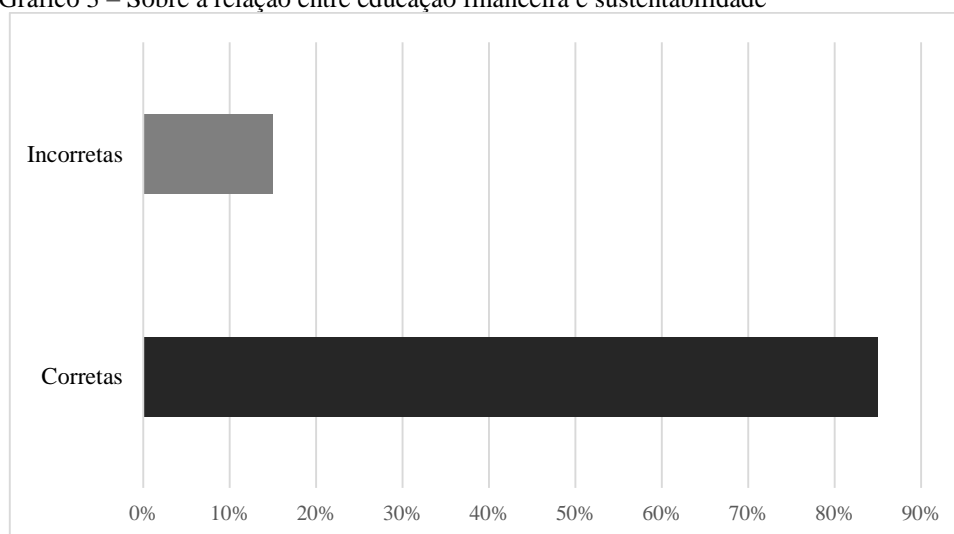
Gráfico 2 - Aspectos avaliativos relacionados a Educação Financeira



Fonte: Elaborado pelo autor

As respostas das perguntas envolvendo o tema educação financeira, obtiveram um número de respostas corretas satisfatória, a menor porcentagem de acerto foi de 70%, ver Gráfico 2. A pergunta que obteve a maior porcentagem de respostas corretas foi a “o que é dinheiro”, onde 95% dos alunos acertaram a resposta, seguida da pergunta sobre a definição de educação financeira, com 88% de acertos. A pergunta que obteve o menor percentual de acertos foi sobre o desenvolvimento de plano de negócio.

Gráfico 3 – Sobre a relação entre educação financeira e sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor

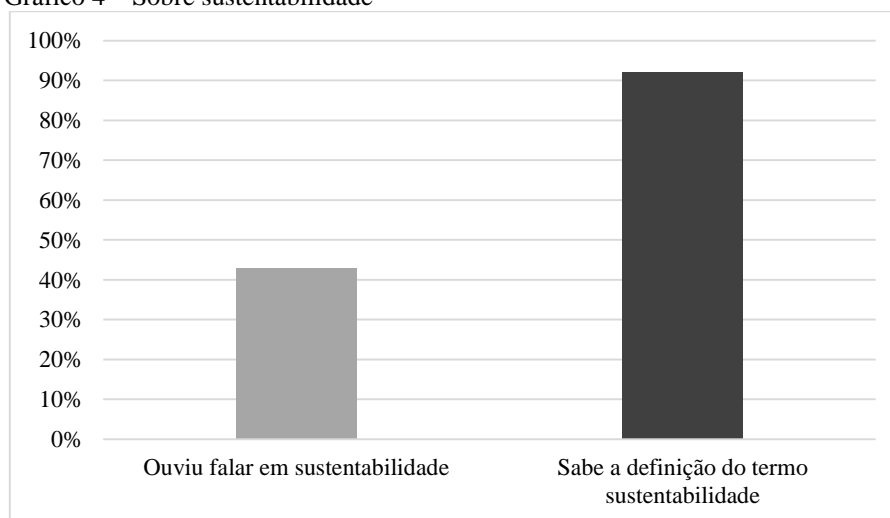
Na questão sobre a relação entre educação financeira e sustentabilidade aplicada aos alunos participantes no segundo questionário, observa-se no gráfico 3 que 85% dos alunos conseguiram responder corretamente à questão, mas 15% não acertaram esta pergunta. Dessa forma, entende-se que uma parte relevante dos participantes obtiveram o entendimento da relação entre os temas trabalhados em sala de aula.

Estes aspectos são de extrema importância tanto no individual quanto no coletivo, proporcionam ao indivíduo o desenvolvimento de capacidades de gerenciamento de seus recursos, mais seguros, menos propenso à inadimplência, e consciente sobre seus hábitos de consumo, conduzindo-o ao consumo sustentável. Consequentemente, de forma coletiva, o novo padrão de consumo afetará o modelo de produção das empresas, e estas por sua vez, passarão a ofertar produtos e serviços sustentáveis. Por conseguinte, uma sociedade justa e igualitária, que possibilita a criação de condições para seus cidadãos e cidadãos futuros tenham uma boa qualidade de vida.

Nos dois gráficos seguintes são realizados os cruzamentos das informações obtidas por meio dos dois questionários aplicados, sobre o entendimento das crianças sobre a relação entre os dois temas trabalhados no projeto.

No primeiro questionário foi perguntado se os alunos participantes já tinham ouvido falar em sustentabilidade e cerca de 43% afirmaram não ter ouvido falar sobre o termo. Ao final do projeto em que todos os alunos tiveram o ensino sobre o assunto, cerca de 92% destes já sabiam responder sobre a definição do termo sustentabilidade (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Sobre sustentabilidade

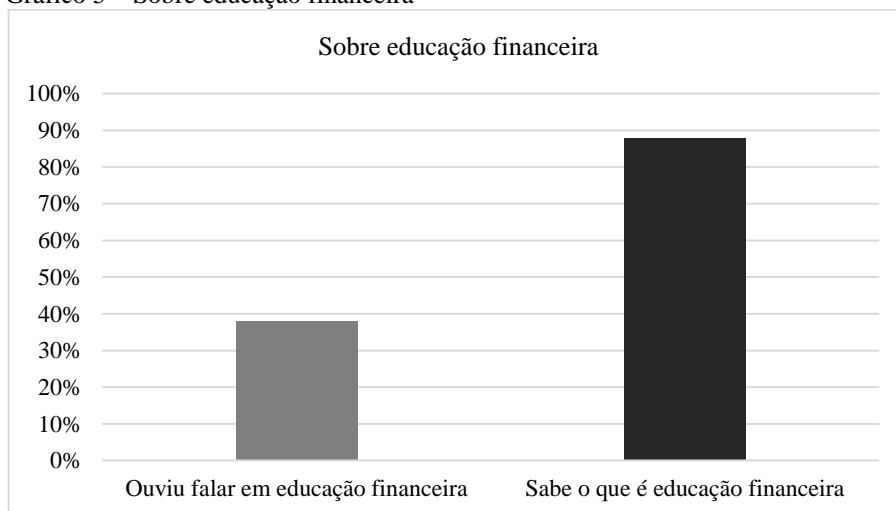


Fonte: Elaborado pelo autor

Ensinar sobre sustentabilidade na infância vai muito além de conscientizar as crianças sobre a importância de preservar o meio ambiente, é oportunizar aos pequenos se tornarem protagonistas na sociedade, cidadãos críticos, capazes de transformar e de causar grandes mudanças na sua comunidade. As crianças também são capazes de influenciar através de suas atitudes, de transmitir conhecimentos e principalmente de garantir a sobrevivência do pensamento sustentável para outras gerações.

Com relação a educação financeira, no primeiro questionário foi perguntado aos participantes se tinham conhecimento sobre este termo, e apenas 38% afirmaram terem ouvido falar sobre o assunto. Por meio do segundo questionário foi possível obter a informação que 88% dos alunos participantes conseguiram assimilar o conhecimento sobre o que se trata educação financeira.

Gráfico 5 – Sobre educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor

No decorrer do projeto, especialmente nas aulas práticas, foi possível observar o desejo dos alunos em querer mudar o seu estilo de vida, realizar o consumo sustentável, mudar suas atitudes como compradores, ter mais controle sobre suas finanças e alguns se sentiram motivados a iniciar seu próprio negócio. Apresentaram-se interessados em aperfeiçoar e adquirir conhecimento sobre educação financeira, principalmente porque entenderam que precisam desse conhecimento para saber gerenciar suas finanças e obter uma independência financeira.

Baseado nos resultados, foi observado que o Projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável teve um impacto positivo nas crianças envolvidas. A melhoria nos rendimentos sobre os temas abordados, em comparação com o período anterior ao projeto, sugere que a maioria das crianças adquiriu um domínio conceitual sobre as temáticas abordadas.

Além disso, o fato dos alunos terem se apresentado habilidosos na resolução de situações do cotidiano que exigem conhecimento sobre finanças e sustentabilidade robustece a hipótese de que o projeto contribuiu para o desenvolvimento de suas competências nesses campos.

Neste sentido, entende-se que o conhecimento financeiro e sustentável foi adquirido pelos alunos e desenvolvidos por estes em suas práticas do dia-a-dia na escola, na família e na comunidade, evidenciando a mudança de comportamentos, hábitos e pensamentos sobre suas práticas. Trabalhar os temas para alcançar a conscientização das crianças sobre o consumo consciente foi fundamental, tal prática permitiu que os alunos encontrassem o equilíbrio entre a satisfação pessoal e as implicações causadas por suas ações.

Em sumo, a partir dos resultados se observa que relacionar os conteúdos às práticas, contextualizando a realidade do grupo em estudo, trabalhando situações do cotidiano, realizando debates sobre assuntos pertinentes em suas realidades, tornou-se uma ferramenta eficiente para a promoção da educação financeira sustentável na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ensinar educação financeira e sustentável durante a infância, implica em capacitar futuros jovens e adultos a desenvolver um senso de responsabilidade e conscientização sobre as consequências de suas escolhas financeiras e estilo de vida. Ademais, as vantagens proporcionadas às crianças que recebem os conhecimentos sobre as temáticas é de poder transmitir tais conhecimentos para suas famílias e comunidade. Conseqüentemente, cria-se uma cadeia de transmissão de conhecimento. Ao compartilharem os conhecimentos adquiridos, as crianças incentivam hábitos sustentáveis, com impactos no orçamento doméstico, evitando muitos problemas financeiros pessoais e familiares. Nesse contexto, vimos que a instituição escolar exerce um papel crucial na disseminação desse conhecimento, especialmente nas séries iniciais.

Neste sentido, com base nos conceitos, reflexões, diretrizes e normas jurídicas apresentadas no levantamento da literatura que fundamentam a pesquisa e confirmados no estudo de caso, percebeu-se a necessidade que a sociedade, principalmente as crianças, têm de uma política educacional financeira e sustentável eficiente, preocupada com o futuro dos pequenos para que tenham melhor qualidade de vida. Ficou evidente que o país não está de braços cruzados com a promoção de políticas que promovam a educação financeira e a sustentabilidade na vida de sua população, mas não está se refletindo na realidade das pessoas.

De certo, a educação financeira sustentável deve partir de casa, mas quando a família não é detentora desse conhecimento, é necessária intervenção escolar na formação de crianças capazes de mudar esta realidade, para que estes pequenos cidadãos se tornem os futuros pais conscientes e responsáveis capazes de educar seus filhos sobre esses aspectos e da mesma forma os filhos dos seus filhos.

Baseado nos resultados, chegamos ao objetivo do trabalho, de analisar a influência da educação financeira e sustentável, por meio do Projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável, no desenvolvimento da autonomia intelectual e habilidades dos alunos participantes do projeto. Foi observado que o projeto teve um impacto positivo nas crianças envolvidas. A melhoria nos rendimentos sobre os temas abordados, em comparação com o período anterior ao projeto, sugere que a maioria das crianças adquiriu um domínio conceitual sobre as temáticas abordadas. Além disso, o fato dos alunos terem se apresentado habilidosos na resolução de situações do cotidiano que exigem conhecimento sobre finanças e sustentabilidade robustece a hipótese de que o projeto contribuiu para o desenvolvimento de suas competências nesses campos.

Durante a execução do projeto foi possível observar a maior interação dos alunos quando submetidos a aulas que exigiam mais participação, em que deveriam expor suas opiniões e relatar sobre suas ações e situações do cotidiano dentro e fora do ambiente escolar. As experiências com atividades interativas e de campo, assim como aula prática na horta escolar e a feira do empreendedor, também, possibilitaram aos alunos a oportunidade de interação e vivências práticas de como devem agir fora de sala de aula. Dessa forma, entende-se que os alunos participantes deste projeto possuem conhecimentos mesmo que incipientes, mas consistentes.

Por fim, torna-se primordial continuar realizando investimentos em projetos educacionais que abordem estes temas, com intuito de promover uma compreensão mais extensa e a conscientização sobre a importância e seriedade da sustentabilidade e da educação financeira para as futuras gerações. Ademais, parcerias entre escolas e universidades tem grande peso, além de aproximar a academia da comunidade local, auxiliam na construção de saberes e troca de experiências. Abrindo oportunidades fundamentais para o desenvolvimento dos alunos dentro e fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, João Ricardo. **A Educação Financeira e sua Influência nas Decisões de Consumo e Investimento: Proposta de inserção da disciplina na matriz curricular.** São Paulo, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_fd7b50793f79dfc59ecdb9bfe352cb15. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

ARAÚJO, Fábio de Almeida Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta. **Educação Financeira para um Brasil Sustentável. Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão.** Trabalhos para Discussão n° 280. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2022.

BANCO CENTRO DO BRASIL. **O que é cidadania financeira?** Definição, papel dos atores e possíveis ações. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso em 29 de abril de 2022.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Decreto n° 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.393-de-9-de-junho-de-2020-261041634>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Programa Educação Financeira nas Escolas.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

BRASIL. Estratégia Nacional De Educação Financeira. **Vida e Dinheiro**, 2021. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/?doing_wp_cron=1656215823.5476028919219970703125. Acesso em: 5 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos e Transversais na BNCC. Propostas de Práticas de Implementação.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 24 de abril de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB) Nº 9.394. Exercendo a autonomia prevista nos Arts. 12 13 e 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atendido.../1996, Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) Nº 13.005/2014. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11694640/artigo-12-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acessado: 02 de junho, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 27 de junho de 2022

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 138 p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ciências Naturais: Ensino de quinta a oitava séries. I. Título. CDU: 371.214. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Brasília 1998. Acesso em: 10 de junho, 2022.

BRAZIL. **Implementing the National Strategy**. In. Advancing National Strategies for Financial Education. Los Cabos, 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2022. cap. 4, p. 66.

BREDARIOL, Celso Simões. **Conflito Ambiental e Negociação para uma Política Local de Meio Ambiente**. COPPE/UFRJ. 2001. Disponível em: <http://antigo.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/dbredariocs.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

BUSSAB, Wilton Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. Saraiva. São Paulo. 6ª ed. 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. CORREA, Ronaldo de Oliveira. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 13 de março de 2023.

CORTEZ, ATC; ORTIGOZA, SAG, orgs. **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. ISBN 978-85-7983-007-5. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n9brm/pdf/ortigoza-9788579830075.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

COSTA, Bianca da Silva Lima Miconi. **Um Estudo sobre a Sustentabilidade**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30920/1/MONOGRAFIA%20BIANCA%20ENCA-DERNA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: de setembro de 2022.

COSTA, Daniela Viegas da; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. **Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de**

organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial. São Paulo, 2011, ISSN 1678-6971. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/5xWVh5pS7KqXB36hLrFNVYs/?lang=pt>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

COUTO, Renally Fernandes; MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem; MACHADO, Petruska de Araújo. **Financial Education and Sustainability: a conceptual framework.** Performance Evaluation in the University Context: an investigation of literature from the Constructivist perspective. 2022. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/download/2239/530>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto.** Tradução Magda Lopes. Editora Artimed. 3. ed. Porto Alegre. 2010.

DANTAS, Luciana Troca; RODRIGUES, Chang Kuo. **Educação Financeira e Sustentabilidade.** III Encontro de Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática: questões atuais 2015. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/pecm/article/view/3145/1539>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

DETONI, Dimas José; LIMA, Maico Sullivan. **Educação Financeira para Crianças e Adolescentes.** VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/35114357.pdf>. Acesso em: 04-dez-2020.

ELKINGTON, John. **Partnerships from Cannibals with Forks: The Triple Bottom line.** Of 21 st. Century Business. 1994. In. Environmental Quality Management. 1998. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5578099/mod_resource/content/1/Elkington_Triple_Bottom_Line.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2023.

ENCARNAÇÃO, Fatima Luvielmo. **Da Educação Ambiental e sua Imersão no Ambiente Escolar: Um diálogo horizontal entre sujeitos e seus saberes.** Rio Grande, 2007. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8984>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

FILHO, Cláudio Barbosa Fontes; ANJOS, Ester Dorcas Ferreira dos. **O Princípio da Sustentabilidade como Princípio Constitucional.** Revista Ponto de Vista Jurídico, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 78-82, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/1336>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

FOLQUE, M.A.; ARESTA, F.; MELO, I. Construir a Sustentabilidade a partir da infância. Cadernos de Educação de Infância. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/154812529.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

FRANZONI, Patrícia; QUARTIER, Marli Teresinha. **Educação financeira e sustentabilidade na formação inicial dos futuros professores de matemática.** 2020. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3865/3570>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

GUEDES, Terezinha Aparecida; ACCORSI, Clédina Regina Lornadan; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; JANEIRO, Vanderley. Projeto de Ensino: Aprender Fazendo Estatística. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

IAQUINTO, Beatriz Oliveira. **A Sustentabilidade e suas Dimensões**. Revista: Esmesc, V.25, N.31, p. 157-178, 2018. Acesso em 20 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.revista.esmesc.org.br/re/article/viewFile/187/161>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

JUNIOR, Dornelles Vissotto. (Org). **Educação Financeira nas Escolas Municipais: uma abordagem participativa**. Curitiba. 2017. Acesso em: Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63625/livro-educacao-financeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

JUNIOR, William Eid. Educação Financeira: mil razões para estudar. 2017. In: FDV EAESP – Gvcef – Série Investimentos em Foco. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18932>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **Financial Literacy and Retirement Planning the United States**. *Journal of Pension Economics and Finance*, v.10, n.4, p. 509-525. 2011. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17108/w17108.pdf. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

MESSY, F.; MONTICONE, C. **Financial Education Policies in Asia and the Pacific**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, Paris, n. 40, 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en> >. Acesso em: 23 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em 29 de abril de 2022.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Financial literacy and consumer protection: overlooked aspects of the crisis**. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-markets/43138294.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Assessoria de Comunicação Social. OECD’s Financial Education Project**. In: *Financial Market Trends*, No. 87, October 2004. OCDE. 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

ORIENTE, Anderson Carlos Nogueira; LIMA, Leandro Luiz Fernandes; RIBEIRO, Antonio José Marinho. **Como as Famílias Utilizam a Educação Financeira**. XII SEGeT. 2014. GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira**. Trad. Allan Vidigal Hastings. 12^o ed. São Paulo: Pearson Education, 2010. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/33922386.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. **Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas**. 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rcf/a/wM9hSthWFCztM3t8bbbqPSG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 25 de junho de 2023.

REYMÃO, Ana Elizabeth; Oliveira, Felipe Guimarães. **O superendividamento do Consumidor no Brasil: Um debate necessário entre o direito e a economia no século XXI**. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo. v.2, n.1. 2016. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/revistadgrc/article/view/691>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

ROSINI, Alessandro Marco; MESSIAS, J. F. ; Palmisano, ANGELO ; DA SILVA, Orlando Roque. **Educação financeira, consumo e sustentabilidade ambiental**. REPAE: Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, v. 1, p. 1, 2015. Disponível em: https://repae-online.com.br/index.php/REPAAE/article/view/5/pdf_1. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

SANTOS, Alzir Falcão dos. *et al.* **A Questão Ambiental e a Sustentabilidade**. Educação Ambiental em Ação. Artigos. n 62. Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2995>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

SANTOS, Creuza Andréa Trindade de; CHAVES, Mayco Ferreira. (Org). **Guia para a elaboração e apresentação da produção acadêmica da Ufopa**. 2. ed., rev. e atual. Santarém: UFOPA, 2019.

SANTOS, Daniel Medina Corrêa; MEDEIROS, Thiago de Ávila. **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira Sustainable Development and Brazilian Agenda 21**. Ciência Atual. v. 15. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/395/pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

SCOLARI, Lidinara Castelli; GRANDO, Neiva Ignês. **Educação financeira: Uma proposta desenvolvida no ensino fundamental**. Educação Matemática Pesquisa, v. 18, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/22477>. Acesso em 21 de junho de 2022.

SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. **A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida**. Geoatos: Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, p. 22-42, jun. 2012. Disponível em: http://kelps.com.br/wp-content/uploads/2020/03/a-dimensao-ambiental_ebook.pdf. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

SILVA, Lucas da; SOUSA, Jackson Araújo de; SILVA, Antônio Breno Lopes da. **Ecoresidente: Educação Ambiental para o Fortalecimento da Sustentabilidade Escolar**. Revbea. São Paulo, v.15, nº 7. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10767/8199>. Acesso em 28 de junho de 2022.

SILVA, Lucia Sousa; TRAVASSOS, Luciana. **Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas**. Cadernos Metrópole, n. 19. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

SILVA, Saionara da. *et al.* **Os 5R's da Sustentabilidade**. V Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia & Desenvolvimento. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/475914500/OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS-5-RS-DA-SUSTENTABILIDADE-OS>. Acesso em: 05 de março de 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A – Primeiro questionário

INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO COM OS ALUNOS

Caro aluno, este questionário é um instrumento de coleta de informações, cujo objetivo final é analisar o seu desenvolvimento sobre o tema Educação Financeira e sustentabilidade. Agradeço a todos os alunos que responderem, pois estarão contribuindo, efetivamente, nesta investigação.

*Obrigatório

Perfil do aluno

1. Gênero:

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Não binário
- d) Outro. Especifique _____

2. Idade:

- a) 9 anos
- b) 10 anos
- c) 11 anos

Perfil socioeconômico

3. Quantas pessoas moram na casa em que você reside?

- a) Duas
- b) Três
- c) quatro
- d) Cinco ou mais

4. Você exerce alguma atividade remunerada?

- a) Sempre
- b) Frequentemente
- c) Algumas vezes
- d) Raramente
- e) Nunca

5. Caso exerça. Especifique _____

6. Caso não exerça, você recebe mesada?

- a) Não, recebo dinheiro dos meus pais conforme a necessidade
- b) Sim, semanalmente
- c) Sim, recebo a cada 15 dias
- d) Sim, mensalmente
- e) Você planeja seus gastos?

7. O que você faz com o dinheiro que recebe?

- a) Gasto tudo
- b) Guardo menos que a metade
- c) Guardo mais da metade

Educação Financeira

8. Você já ouviu falar sobre educação financeira?

- a) Sim
- b) Não
- c) Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é.

9. Caso sim. Onde você ouviu falar sobre a temática?

- a) Família
- b) Escola
- c) Conhecidos
- d) Jornais, livros e/ou revistas
- e) Internet, televisão e/ou rádio
- f) Outro: _____

10. Em relação ao gerenciamento do seu próprio dinheiro. Qual o seu grau de dificuldade?

- a) Muita dificuldade
- b) Dificuldade moderada

- c) Pouca dificuldade
d) Nenhuma dificuldade

11. Você sabe o que é poupança?

- a) Sim
b) Não
c) Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é.

12. Você já ouviu falar de imposto?

- a) Sim
b) Não
c) Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é.

13. Para você, qual o nível de importância das práticas financeiras listadas abaixo?

Nível de importância:	Extremamente importante	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância
Planejamento financeiro					
Controle financeiro					
Realizar poupança					
Conhecimentos sobre os impostos					
Consumo consciente					
Ganhar mesada					
Pedir descontos					
Exigir notas fiscais					

Educação Sustentável

14. Você já ouviu falar sobre sustentabilidade?

- a) Sim
b) Não
c) Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é.

15. Caso sim. Onde você ouviu falar sobre sustentabilidade?

- a) Família
b) Escola
c) Conhecidos
d) Jornais, livros e/ou revistas
e) Internet, televisão e/ou rádio
f) Outro: _____

16. Você sabe o que é reciclagem?

- a) Sim
b) Não
c) Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que é.

17. Você se considera um ser humano sustentável?

- a) Sim
b) Não

18. Em sua escola, existe algum projeto de sustentabilidade?

- a) Sim. Especifique _____
b) Não

19. Você já participou de algum projeto de preservação do meio ambiente?

- a) Sim. Especifique _____
b) Não

20. Na sua escola existe cestos de lixo recicláveis?

- a) Sim. Especifique _____
b) Não

21. Como é feita a coleta de lixo na sua casa?

- a) Coleta seletiva (Ex. Separa lixo orgânico e o inorgânico)
b) Não há separação de lixo

22. Você ou sua família reciclam algum tipo de material?

- a) Sim. Especifique _____
b) Não

23. Como você avalia seu nível de interesse pela área de pesquisa:

a) Muito interessado
b) Interessado
c) Pouco interessado
d) Não tenho interesse

24. Para você, qual o nível de importância das práticas sustentáveis listadas abaixo?

Nível de importância:	Extremamente importante	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância
Economizar os recursos naturais					
Reduzir desperdícios					
Reciclar e reutilizar					
Se deslocar de bicicleta ou a pé					
Pensar de forma sustentável					
Plantar árvores					
Coleta seletiva					
Optar por produtos reciclados e orgânicos					

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice B – Segundo questionário

1. O termo sustentabilidade surgiu da necessidade de preservar o meio ambiente. Neste sentido, sustentabilidade pode ser definida como:

a) O atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das gerações futuras.
b) É o pensamento de que a natureza é inesgotável e não precisa de gerenciamento para a sua exploração.
c) É capacidade do ser humano de interagir com o mundo, degradando o meio ambiente e comprometendo sua qualidade de vida
d) A relação entre empresas e meio ambiente contribui somente para a agregação de valor às suas marcas

2. Uma das formas de colaborar com a preservação do meio ambiente é reduzir a produção de resíduos sólidos. Assinale a alternativa que devemos adotar para ajudar o nosso planeta.

a) Optar pela compra de produtos com embalagens recicláveis
b) Reutilizar os materiais e objetos sempre que possível
c) Apoiar iniciativas de reciclagem
d) Todas as alternativas

3. Construir cidades sustentáveis implica em pensá-las não apenas do ponto de vista econômico e social, mas também no ambiental. Neste sentido, cidade sustentável é:

a) Uma cidade que progride, mas não pensa no meio ambiente
b) Uma cidade que tenha a maior parte coberta por áreas verdes
c) Uma cidade que busca o equilíbrio entre o progresso e o meio ambiente
d) Uma cidade que alinha seus padrões de vida, produção e consumo apenas em aspectos econômicos e ambientais

4. No ambiente caseiro, um aspecto de grande importância para a sustentabilidade ambiental é a:

a) Reciclagem do lixo c) Reutilização do fosforo
b) Reciclagem de metal d) Reciclagem de madeira

5. Não há como manter o modelo de desenvolvimento econômico atual sem degradar ainda mais o planeta. Todos os limites já foram superados. Qual das alternativas abaixo NÃO contribui para frear esses impactos em nível global e local?

a) Eleger pessoas que defendam e promovam ações em prol da qualidade ambiental
b) Telefonar, enviar mensagens, manifestar as instituições responsáveis seu descontentamento quanto aos impactos ambientais de inúmeras formas.
c) Estimule a caça esportiva, ela é um mecanismo de manter as pessoas em contato com o meio ambiente e fortalece o sentido de pertencimento das comunidades
d) Conhecer a legislação e participar de associações comunitárias que representam uma forma de participação democrática

6. Sobre a Teoria dos 5R's da Sustentabilidade. Assinale a alternativa que representa o significado de RECYCLAR.

- a) Diminuir a geração de lixo, ou seja, desperdiçar menos e consumir só o necessário
- b) Usar o mesmo item já usado, sem que seja necessário transformá-lo
- c) Processo de reaproveitamento de material usado transformado em novo produto.
- d) É refletir sobre tudo que adquirimos, pois precisamos ser menos consumistas

7. O que é educação financeira?

- a) É a habilidade de entender como o dinheiro funciona e a capacidade de tomar decisões apropriadas na gestão financeira
- b) Consiste em apenas economizar dinheiro
- c) É o processo de transmissão de conceitos financeiros e sustentáveis
- d) É o domínio de conhecimentos sobre investimentos apenas

8. Assinale a alternativa correta que representa a relação entre sustentabilidade e educação financeira.

- a) Ao tomar atitudes ligadas à educação financeira e a sustentabilidade, como o uso consciente do dinheiro, a redução dos impulsos consumistas e a reutilização de produtos, as pessoas estão aderindo à comportamentos favoráveis ao meio ambiente e a justiça social.
- b) A relação está na forma como as pessoas aprendem a extrair recursos da natureza para obterem lucro
- c) A educação financeira ensina a lidar melhor com o dinheiro, mas não contribui para tomada de decisões de consumo consciente
- d) Os temas não possuem relação entre si

9. Como se chama a relação que contém todos os gastos do mês de uma casa?

- a) Orçamento Único
- b) Orçamento empresarial
- c) Orçamento familiar
- d) Orçamento pessoal

10. O que é dinheiro e onde é produzido o dinheiro brasileiro?

- a) Meio de pagamento, na forma de moedas ou cédulas, emitido e controlado pelo governo brasileiro, mas é produzido nos Estados Unidos.
- b) Meio de pagamento, na forma de moedas ou cédulas, controlado pelo governo e produzido na casa da moeda
- c) É um valor que se paga ou se recebe por algo e é produzido no banco
- d) É o que se pode conseguir com uma venda depois de descontar os custos. No Brasil é produzido na casa do presidente

11. O que é juros?

- a) É uma recompensa por deixar de consumir o dinheiro no presente para o consumir no futuro
- b) Juro é a remuneração cobrada pelo empréstimo de dinheiro
- c) O juro pode ser compreendido como uma espécie de "aluguel" de dinheiro
- d) Todas as alternativas estão corretas

12. O que são taxas de juros?

- a) Taxas percentuais que definem os valores dos juros
- b) Taxas percentuais que são acrescentadas aos valores dos juros
- c) Taxas percentuais que são retiradas dos valores de juros
- d) Taxa que mede o valor de uma moeda nacional em relação a uma moeda estrangeira

13. Quando falamos de desenvolvimento de plano de negócio estamos falando de:

- a) Planejamento
- b) Organização
- c) Avaliação
- d) Todas as alternativas estão corretas

14. O que é empreendedorismo?

- a) A capacidade de entender e desenvolver problemas
- b) A capacidade de mediar negócios
- c) A capacidade de identificar problemas, desenvolver soluções e assumir riscos
- d) A capacidade de abrir um negócio, mas não assume riscos

15. O que é empreendedorismo sustentável?

- a) Trabalhar com produtos e negócios, que visa não apenas o lucro, mas também o impacto social e ambiental das atividades do empreendimento
- b) É uma forma antiga de empreender sem levar em consideração os riscos que pode causar ao meio ambiente
- c) É ter vontade de abrir um negócio
- d) A capacidade que apenas pequenos negócios têm de identificar problemas e desenvolver soluções

ANEXOS

Anexo 1 - Autorização da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Santarém, 11 de abril de 2022

À Diretora da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Aderbal Tapajós Caetano Corrêa

Senhora Diretora,

Ao cumprimentá-la venho por meio deste solicitar a autorização para que a aluna do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará, **Daniele Sousa Batista** (matrícula 201400630) realize atividades de pesquisa na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Aderbal Tapajós Caetano Corrêa, para subsidiar a elaboração da sua Monografia de conclusão de curso, sob a orientação do professor Jhonata Pereira.

A Monografia que tem como título “**Educação Financeira e Sustentabilidade: Processo de mediação na aprendizagem de alunos em escolas públicas de ensino fundamental em Santarém/PA**” e pretende analisar o desenvolvimento da autonomia intelectual dos educandos que atuam na educação fundamental, diante de situações do cotidiano que exigem uma postura mais ativa sobre o assunto educação financeira e sustentabilidade.

Os alinhamentos referentes a data para execução das atividades previstas serão combinados entre a aluna e a escola.

Desde já agradeço a atenção e disponibilidade em colaborar

Atenciosamente

Zilda Joaquina
Cohen Gama
Dos
Santos:6732606
4253

Assinado de forma
digital por Zilda
Joaquina Cohen
Gama Dos
Santos:67326064253
Dados: 2022.04.11
08:54:56 -03'00'

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos
Coordenadora do curso de Ciências Econômicas

Portaria nº 003/2022

Fonte: Coordenação do curso de economia da Ufopa.